

POVOAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO BAIXO DOURO NA ÉPOCA DA MONARQUIA ASTURIANA¹

António Manuel de Carvalho Lima²

RESUMO:

Partindo de uma breve descrição do meio físico do Baixo Douro e dos grandes itinerários que o atravessavam, analisa-se o seu povoamento e a sua organização na época da monarquia asturiana com base em testemunhos documentais e materiais. Vista a forma como as presúrias e o modelo de organização baseado nas *civitates* serviram para a monarquia asturiana integrar o vale do Douro na sua esfera de influência, não deixamos de aflorar as mudanças que têm lugar a partir de finais do milénio, as quais acabariam por levar à implementação de um outro modelo de organização do território.

Palavras-chave: Povoamento, Baixo Douro, séculos IX-X

ABSTRACT:

After a short description of physical landscapes of lower Douro valley and its main routes, the settlement pattern and organization at the time of the Asturian kingdom is analyzed, taking out on both documentary and material sources. Having seen how the land taking and the settlement pattern based on the *civitates* served to the purposes of the Asturian monarchy to incorporate the Douro valley under its ruling sphere, we try to skim over the socio-economic and politico-military changes brought to light from the end of the first millennium AD. These changes would drive the territorial organization into another settlement pattern.

Key-words: Settlement, Lower Douro valley, 9th–10th centuries

Escrever sobre a temática do povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da Monarquia Asturiana é uma tarefa duplamente complexa.

Antes de mais, devido à escassez dos dados que nos são transmitidos pela nossa rara, lacónica e estereotipada documentação dos séculos IX e X.

Mas também, e sobretudo, porque o discurso historiográfico sobre esta matéria sempre esteve

¹ O artigo que aqui se publica resulta da comunicação apresentada ao Symposium Internacional Poder y Simbología en Europa. Siglos VIII-X, que decorreu em Oviedo em Setembro de 2008, numa organização da Universidade de Oviedo, sob os auspícios do Principado das Astúrias. Foi publicado em 2009 no Anexo nº 2 da Revista de Estudios Medievales "Territorio, Sociedad y Poder". A escassa acessibilidade desta publicação, aliada a alguns problemas na legibilidade das imagens levaram-nos a aceitar o amável convite que nos foi feito pelo Prof. Doutor Mário Jorge Barroca para publicarmos o artigo na *Portvgalia*. Para tal procedemos à revisão do texto e das imagens, adaptando-os às normas e ao formato desta revista.

² Arqueólogo. Direcção Regional de Cultura do Norte; Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

profundamente impregnado pela discussão em torno de um conjunto de conceitos antagónicos que lhe dão forma desde os escritos de Alexandre Herculano, já lá vão 150 anos. Entre essas dicotomias, destacam-se, como se sabe, as que opõem “Conquista” a “Reconquista” e “Erma-mento” a “Repovoamento”.

Estas oposições radicais estão hoje em dia “fora de moda”, e instalou-se, entre os autores que a esta temática se dedicam, uma tendência generalizada para relativizar as campanhas mili-tares e os movimentos populacionais, matizando o discurso no sentido de o centrar em conceitos como “reestruturação”, “reorganização” e “reordenamento”, quer do território e sua administra-ção, quer do tecido social e económico.

No sentido de não nos limitarmos a repetir o que já foi escrito, baseamos a metodologia de abordagem do vasto conjunto de temas e problemáticas que está na base deste texto no cru-zamento entre os dados fornecidos pela escassa documentação existente com os que resultam de estudos feitos na perspectiva da arqueologia extensiva e da história da arte, enquadrando-os na geografia e geomorfologia regional, e tentando, desta forma, ultrapassar alguns bloqueios a que a historiografia convencional, quase exclusivamente baseada nos documentos escritos, pare-cia estar condenada.

Assim, a par das referências documentais a *villae*, *ecclesiae*, *castella*, *viae* e *territoria*, dão corpo a esta síntese alguns testemunhos materiais do povoamento altimedieval do vale do Douro: vias terrestres e portos fluviais, fortificações e redutos defensivos, cemitérios e sepulturas e ainda testemunhos de arte e arquitectura pré-românica compõem o quadro material que preenche algum do vazio a que parecia votado, na época da monarquia asturiana, o espaço geográfico que nos propusemos estudar.

1. UM TEMPO E UM ESPAÇO: BAIXO DOURO, 866-1002

Seja para explicar estratégias bélicas e movimentos migratórios regionais, seja para tentar analisar a forma como se (re)estruturou o território dando origem a uma matriz de povoamento que em muitos aspectos perdurou até aos dias de hoje, nada é compreensível sem se ter uma noção clara do espaço geográfico em que se enquadram todos estes fenómenos.

Para tal, serão três os principais vectores em que tentaremos centrar a abordagem do espaço do Baixo Douro – todos eles, aliás, interligados e interdependentes – pela forma como condicionam o desenrolar de todos estes processos: a oro-hidrografia regional, a rede viária (com especial enfoque nos portos fluviais e pontos de travessia do Douro) e a (in)existência de grandes aglomerados populacionais com tradição enquanto centros de poder.

1.1. O tempo: 866-1002

O período cronológico aqui abordado abrange cerca de 130 anos e extravasa o fim da monarquia asturiana. Corresponde ao último terço do século IX e a todo o século X, e foi simbolicamente balizado entre dois momentos marcantes para a história desta região: a subida ao trono de Afonso III das Astúrias, em 866, e a morte de Almansor, ocorrida em 1002.

O início deste período coincide genericamente com as presúrias de *Portucale* (Porto) pelo Conde Vímara Peres, em 868, e de Coimbra pelo Conde Hermenegildo Guterres, dez anos mais tarde, as quais, por um longo período de mais de um século, levaram a linha da frente daquilo a que se convencionou chamar “Reconquista” para o Douro e logo depois para o Mondego.

Coincide igualmente com os primeiros sinais de alguma dinâmica económica e social e de estruturação administrativa e militar deste vasto território: datam, respectivamente, de 870 e de

875, o primeiro documento escrito referente a esta zona do vale do Douro e a primeira referência ao *territorium* da *civitas Anegia*.

Ao longo de todo este período – que termina com um prolongado silêncio documental, em toda esta vasta região, nas três primeiras décadas do século XI – vigorou um modelo de administração e defesa do território baseado em *civitates*, fortalezas centrais nas quais, sob a responsabilidade de um conde, assenta a defesa de vastos *territoria*.

1.2. O espaço: Baixo Douro

O quadro geográfico da região que nos propomos abordar corresponde a uma pequena parcela do vale do Douro, encaixada entre a faixa atlântica e o chamado Alto Douro, ao longo de cerca de 75 km. do curso médio e terminal deste rio (cerca de 8 % do seu total). Pequena, dissemos nós, se comparada com a extensão total do Douro. Apesar disso, constituiu um espaço fulcral para a compreensão do(s) fenómeno(s) a que se convencionou chamar “Reconquista” (Fig. 1).

Assim, não são aqui abordadas, senão por mera necessidade de enquadramento histórico e/ou geográfico, nem a área litoral que integrou os *territoria* de *Portucale* e de Santa Maria, nem o chamado Alto Douro, a montante das serras do Marão e Montemuro.

1.2.1. Oro-hidrografia regional: algumas notas

Do ponto de vista hidrográfico, inserem-se neste trecho do vale do Douro alguns dos seus mais importantes afluentes. Entre outros, destacam-se os rios Sousa, Tâmega, Ovil, Teixeira e Corgo, na margem Norte; e os rios Arda, Paiva, Bestança, Cabrum e Varosa, na margem Sul.

A ponte, este espaço é delimitado pela cumeada a que hoje a toponímia não confere qualquer unidade, mas a que na Idade Média chamavam, na margem Sul do Douro, *Serra Sicca*.

Esta *Serra Sicca*, cuja altitude máxima, entre Arouca e o Douro, oscila entre os 400 e os 600 m, culmina, na margem Sul, no alto de São Domingos (Castelo de Paiva). Depois de moldar o próprio curso do Douro, que aí perfaz um apertado meandro, prolonga-se na margem Norte, pelas serras das Banjas, Flores/Santa Iria e Pias/Santa Justa (Gondomar, Paredes e Valongo).

Ela separa, naturalmente, a zona granítica, fértil e densamente povoada, que constitui o núcleo central desta análise, da mancha xistosa e também carbonífera – pouco produtiva e deserta de gente.

A nascente, iremos até aos rios Varosa e Balsemão (na margem Sul) e Corgo (na margem Norte), para onde nos levou a necessidade de abarcar dois fenómenos da orografia regional, fulcrais para marcar o contraste da paisagem natural e humana entre o Alto Douro, a montante, e o Douro terminal, a jusante. São esses dois fenómenos uma barreira natural e um corredor de circulação, também ele natural.

A barreira natural é constituída pelos imponentes maciços do Marão, na margem Norte (altitude máxima: 1415 metros) e do Montemuro, na margem Sul do Douro (altitude máxima: 1382 metros). O corredor de circulação, também ele natural, corresponde à depressão geomorfológica Verín – Chaves – Régua – Penacova, um dos mais importantes eixos de circulação entre o Minho e as Beiras, isto é, entre o Norte e o Centro do actual território português.

O espaço assim delimitado é fortemente marcado por um restrito conjunto de corredores naturais de orientação genérica N-S ou NW-SE, portanto perpendiculares ao rio Douro, os quais, ao rasgarem as fortes barreiras que a orografia regional impõe ao movimento de pessoas, constituem-se como autênticos eixos viários naturais.

1.2.2. A rede viária altimedieval: estradas, portos fluviais e pontos tradicionais de travessia do Douro

A esses eixos naturais, o Homem fez sobrepor, pelo menos desde época romana, outros tantos itinerários terrestres, marcados por importantes estradas que haveriam de constituir a espinha dorsal do povoamento.

Todos os grandes movimentos de sentido Norte-Sul que, nos séculos IX e X atingem e atravessam o Baixo Douro têm por suporte os principais eixos trans-regionais que compunham uma rede viária em boa parte herdada do Baixo-império, fulcrais para a compreensão dos fenómenos políticos, sociais, militares e até artísticos que caracterizam esta época e região.

Esses itinerários principais, por sua vez, têm uma trajectória muito condicionada pelo relevo da bacia hidrográfica do Douro e pelos locais onde era possível fazer a travessia deste rio.

A travessia do Douro na Alta Idade Média

Quanto aos locais onde, tradicionalmente, se fazia a travessia do Douro, convém assinalar desde já que só no reinado de D. Afonso Henriques esta zona do vale do Douro foi objecto de uma tentativa – aliás, jamais concluída – de construir uma ponte.

Assumindo-se assim que o rio era atravessado a vau ou de barco, documentam-se em época medieval uma dezena de pontos principais de travessia (Fig. 2): de poente para nascente, destacam-se Entre-os-Rios (1), Várzea do Douro/Escamarão – vale do Paiva (2); Mourilhe (3); Porto Manso/Porto Antigo (4); Aregos (5), Frende/Porto de Rei (6); Barqueiros/Barrô (7), Cidadelhe – Caldas de Moledo (Mesão Frio) (8), Peso da Régua/Lamego (9) e Bagaúste/Covelinhas (10).

Em Entre-os-Rios (1), documenta-se o *porto civitatis Anegia* (PMH, DC 25, de 922), e a presença da capital de *civitas* é por si só garantia da importância estratégica do local onde o Tâmega desagua no Douro. Tradicionalmente coloca-se aqui a travessia do Douro por uma importante via de origem romana. Porém, essa travessia estaria muito mais facilitada cerca de 3 km a montante, em Várzea do Douro, em direcção a Escamarão e à margem direita do rio Paiva (2), por onde desde muito cedo se documenta uma *carraria antiqua* que dá sentido a um intenso povoamento e fortes preocupações defensivas nos séculos IX e X (Lima, 1993; Lima, 1999).

Para a travessia fluvial em Mourilhe (3), embora aí se documente uma via já apelidada de *carril veterem* no século XIII (PMH, *Inq.* 955), não dispomos de mais informação que lhe assegure importância em tempos anteriores (Lima, 1993), pelo que não a tomaremos por ora em consideração.

Quanto a Porto Manso/Porto Antigo (4) e Aregos (5), são as duas principais alternativas que se colocam para a travessia do Douro para quem usasse um dos mais importantes eixos viários da região. Independentemente da necessidade – ou não – de assumir a existência de uma via principal e uma outra secundária, cada qual incluindo um destes dois locais de travessia do Douro, ambos são fulcrais e servem itinerários trans-regionais que têm pontos de partida e destinos comuns.

A travessia de Frende em direcção a Porto de Rei (6), cuja importância na Baixa Idade Média não iremos aprofundar, é marcada desde muito cedo pela presença de fortes preocupações defensivas, quer na margem Norte, com o castelo de São João, em Frende (Baião), quer na margem Sul, com o famoso castelo de São Martinho de Mouros (Resende), tomado por Almansor nos finais do milénio e reconquistado por Fernando o Magno, seis décadas mais tarde. Em ambos os casos estamos perante importantes sítios arqueológicos com comprovada ocupação e relevância em época romana e na Alta Idade Média.

Para a travessia de Barqueiros/Barrô (7), onde o primeiro rei de Portugal não chegou a consumir a sua primeira tentativa de construção de uma ponte no Douro hoje português (apesar

da presença de testemunhos arqueológicos que mostram que a obra chegou a ser iniciada) nada temos que lhe atribua importância nos séculos IX e X.

A importância de Cidadelhe (Mesão Frio) (8) é atestada pela existência do porto fluvial de *Aliovirio*, que se situaria nas proximidades das Caldas de Moledo, o qual, à semelhança do de *Anegia*, também está documentado no século X (PMH, DC 25, de 922). Porém, tal como para o seu congénere, tudo aponta no sentido de a importância deste porto residir especialmente no facto de facilitar o acesso ao Douro como via fluvial, sem que se documente sequência em importante eixo viário terrestre na margem Sul.

A travessia na zona da actual cidade de Peso da Régua em direcção a Lamego (9) constitui a solução mais natural para garantir a continuidade entre os vales do Corgo (na margem Norte) e do Varosa (na margem Sul), e constitui parte integrante do vale de fractura Chaves – Régua – Penacova, cuja importância como base de um eixo viário romano e medieval iremos realçar.

Já em situação marginal face à região que nos propusemos abordar, não podemos deixar de referir a travessia fluvial de Bagaúste (10) no local onde, desde o século X, se documenta o *portum qui dicitur bacalusti* (PMH, DC 101, de 970).

Os principais itinerários terrestres na Alta Idade Média

Nem todos os pontos de travessia do Douro atrás indicados teriam obrigatoriamente que dar sequência a importantes itinerários trans-regionais cuja análise seja relevante para a compreensão do processo de integração do vale do Douro na esfera de influência da monarquia asturiana.

Para além dos importantíssimos portos fluviais de *Anegia* e *Aliovirio* – ambos ligados, cremos nós, a *civitates* criadas nos primórdios do movimento de presúrias iniciado por Afonso III – destacaremos, pelos itinerários em que se integram, seis pontos de travessia: por um lado, os assinalados com os números (2), (4) e (5); por outro, aqueles que se identificam com os números (8), (9) e (10).

O Eixo Braga/Guimarães – Viseu

Apesar de não haver qualquer referência a esta via no célebre Itinerário de Antonino, desde que Carlos Alberto Ferreira de Almeida escreveu sobre as vias medievais de Entre-Douro-e-Minho (Almeida, 1968) que é consensual a existência de uma importante via de origem romana, a qual, saindo de Braga pela Falperra, passava por São Martinho de Sande e São João da Ponte (Guimarães), onde se encontrou um miliário. A partir daí haveria duas variantes:

– Uma na direcção de Penafiel (Almeida, 1968; Soeiro, 1984), alcançando o Douro no *porto civitatis Anegia* (Entre-os-Rios, Penafiel, em frente à foz do rio Tâmega). Esta via, estudada por Teresa Soeiro a propósito do seu trabalho sobre a ocupação romana entre Sousa e Tâmega, prosseguiria depois, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, por Fornos (Castelo de Paiva), Santa Eulália, Albergaria das Cabras (Arouca) e Manhouce (São Pedro do Sul), rumo a Viseu.

Não há porém tradição – documental, toponímica ou outra – nem sequer suporte consistente do ponto de vista da orografia, que permita delinear qualquer importante via muito antiga pela margem esquerda do rio Paiva. E o suposto achado de um marco miliário em Castelo de Paiva não passa de um equívoco (Lima, 2000: 45).

Não obstante a importância fundamental do porto fluvial e da ocupação romana e altimedieval na margem Norte, e até mesmo apesar da densidade de vestígios romanos no vale do rio Sardoura, já na margem Sul, não cremos que aqui se situasse o principal ponto de travessia do Douro, correspondente a um itinerário trans-regional de sentido Norte-Sul.

Depois de inflectir para sudeste, levando à travessia do Tâmega na zona de Rio de Moinhos (Penafiel), esta via deveria rumar a *Tameobriga* (provável nome do importante *vicus* de Várzea do Douro), ponto privilegiado de travessia fluvial para a margem Sul do Douro em direcção à foz do rio Paiva, prosseguindo depois pela margem direita deste último rio em direcção a Arouca, São Pedro do Sul e Viseu.

- Uma segunda variante tomaria uma vincada orientação NW-SE, rumo à antiga ponte romana e medieval de Canaveses, onde se fazia a travessia do Tâmega. Esta estrada, cujo percurso é detalhadamente descrito por Lino Tavares Dias (Dias, 1997) que a valoriza como sendo a principal, levaria depois a *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses), Soalhães e Carreirinha (Baião), num percurso assegurado pela presença de vários miliários.

A partir da Portela de Gôve (Baião) esta via poderia manter a sua orientação levando à travessia do Douro no importante porto fluvial de Aregos, ou inflectir para Sul para atingir os não menos importantes Porto Manso, na margem Norte e Porto Antigo, na margem Sul (pontos de travessia 4 e 5).

Não se reveste de qualquer relevância tentar aqui decidir qual dos dois percursos – por Porto Manso ou por Aregos – seria o principal, se é que existia um principal. Certo é que ambos fazem sentido, quer pelo seu enquadramento arqueológico, quer pelos testemunhos documentais e vestígios materiais desta via, os quais já foram assinalados por diversos autores (cfr. Dias, 1997; Pinho, Lima e Correia, 1999).

O percurso por Aregos levaria a subir o Montemuro nas proximidades do importante sítio arqueológico de Cárquere (Resende), enquanto que a travessia em Porto Manso levaria à subida daquela serra pela margem direita do rio Bestança. Em ambos os casos, os diplomas dos séculos XI, XII e XIII dão-lhe a designação de *carraria antiqua*, atribuindo-lhe, simultaneamente, importância e antiguidade.

Num e noutro caso, as vias convergem para um mesmo local, antes de iniciada a descida da encosta Sul do Montemuro, rumo a Castro Daire e depois Viseu. Trata-se da zona da Lagoa de D. João, nas proximidades do lugar de Cotelo, já em terras de Castro Daire, numa zona particularmente importante para a Alta Idade Média desta região, a qual, certamente não por acaso, foi alvo de uma das campanhas de Almansor, que teremos oportunidade de abordar no último capítulo desta breve exposição.

O Eixo Chaves – Lamego – Viseu

No importante centro político, administrativo e económico de *Aquae Flaviae*, passavam ou tinham o seu início uma série de itinerários de longa distância, dos quais se destaca, naturalmente, a estratégica via imperial que ligava *Bracara Augusta* (Braga) a *Asturica Augusta* (Astorga).

Por dar acesso à região que constitui o centro desta análise, destacamos ainda aquele outro itinerário que, desde época romana, se dirigia para Sul, passando pela zona mineira de Jales/Três Minas e Constantim de Panóias, rumo ao Douro, que seria atravessado no porto de Bagaúste (10), documentado ainda no século X, o qual tem sequência na *carraria antiqua* documentada em Armamar, já na margem Sul (Teixeira s/d: 40).

Porém, outros pontos de travessia do Douro, situados mais a jusante, melhor serviriam os que procurassem aceder à zona de Lamego e depois Viseu.

Referimo-nos em concreto ao porto fluvial de *Aliovirio*, que se situaria nas imediações das actuais Caldas de Moledo (8), cuja antiguidade encontra fundamento nos vestígios romanos do próprio local onde se situam as termas (tal como nas proximidades da *civitas Anegia*) e outros sítios arqueológicos das imediações, e também num miliário, encontrado no lugar do Marco (Cidadelhe) e hoje desaparecido (Cortez, 1951; Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004: 691, nº 620).

A partir da “Reconquista”, aos pontos de travessia atrás citados e aos itinerários que deles se serviam, terá sucedido em importância um outro, paralelo aos anteriores, pelo vale do Tâmega e depois pelo vale do Corgo, até atingir o Douro (9), também em direcção a Lamego e depois Viseu. Ao longo dele, viriam a instalar-se várias estruturas defensivas, logo desde a veiga de Chaves, incluindo, um pouco mais a Sul, os castelos que viriam a capitanear as terras de Aguiar da Pena e Panóias (Teixeira, s/d). Ainda sobre este eixo, cuja importância a Baixa Idade Média viria a consagrar, consolidar-se-iam os principais núcleos populacionais da região: Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Lamego.

Para além destes grandes itinerários de cariz supra-regional, cujas directrizes nos orientam na análise da estruturação do território do vale do Douro, havia certamente uma densa rede de caminhos transversais, os quais, bem ao modo dos caminhos medievais, constituem ligações que, à escala local ou regional, ligam os núcleos de povoamento entre si e estes aos grandes eixos viários de sentido Norte-Sul.

São porém estes últimos que melhor nos ajudam a compreender a sequência cronológica e a distribuição geográfica das presúrias, e, com a consolidação da nova estrutura política e militar, a localização dos novos centros de poder regional.

1.2.3. Acerca da (in)existência de grandes centros populacionais no Baixo Douro

No troço que aqui é abordado, em época romana ou pós-imperial, nunca o vale do Douro conheceu qualquer centro populacional de relevo que viesse a desempenhar funções de capitalidade administrativa, económica e/ou religiosa comparáveis às que foram assumidas por cidades que atingiram a grandeza de *Bracara Augusta* e *Aquae Flaviae*.

No litoral, poder-se-iam destacar os dois *Portucale* (*castrum antiquum* e *castrum novum*). Porém, a assumpção do Porto com funções de capitalidade, a rivalizar com as de Braga, ainda tardaria alguns séculos, e só haveria de vingar quando no século XIII o litoral e a sua rede viária suplantaram em densidade populacional e importância económica, os cursos médio e terminal do Douro e os seus principais eixos viários.

Acresce que para esta época, ainda o litoral marítimo era demasiado inseguro para poder desempenhar tais funções, a ponto de os presores de *Portucale* e a família condal que neles teve origem se terem instalado na zona de Guimarães e não na povoação que deu o nome ao território cujos destinos assumiram.

No curso terminal do Douro, em face dos resultados da investigação histórica e arqueológica actualmente disponíveis, só *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses) reclama, para a época romana, funções de capital de *civitas*. Também *Magnetum* (Meinedo, Lousada) as haveria de reclamar, mas apenas enquanto centro efémero de uma diocese, no século VI.

Na margem Sul, a dispersão do povoamento é também notória, e se o curso terminal do Douro não conheceu qualquer centro urbano de relevo, no curso médio do Douro só Lamego se destaca. As suas raízes, remontando à época romana, são cada vez mais evidentes (Teixeira e Lima, no prelo: 130); a sua capitalidade religiosa, desde época sueva, é sobejamente conhecida; e no período da “Reconquista”, ainda durante o século X, veria erguer-se o seu castelo, de que ainda restam testemunhos evidentes no local onde se ergueu mais tarde a fortaleza românica (*idem*).

Nesta autêntica constelação de pequenos lugares com que desde muito cedo se “polvilhou” o vale do Douro, não restou outra opção aos que delinearam a estratégia de integração desta região na esfera de influência da coroa asturiana senão recorrer – onde as houvesse – às antigas sedes das paróquias suevas, certamente ainda vivas e muito mais do que simples centros de circunscrições de carácter religioso; ou então – onde as não houvesse ou quando elas não preenchessem as funções pretendidas – à criação de novos centros de poder, sem antecedentes enquanto tal.

2. “CUM CORNU ET CUM ALVENDE DE REGE”. A INTEGRAÇÃO DO BAIXO DOURO NA ESFERA DE INFLUENCIA DA COROA ASTURIANA

2.1. O movimento de presúrias: “Reconquista” ou apropriação?

Em face dos conhecimentos actualmente disponíveis, parece ser um dado consensual que a integração do curso terminal do Douro na esfera de influência da monarquia asturiana é um fenómeno datável dos inícios do reinado de Afonso III.

Terá sido com a instalação no vale do Douro de alguns magnates próximos da corte asturiana que pela primeira vez desde o século VI temos provas da existência, nesta região, de um conjunto de poderes organizados, com capacidade efectiva para administrar política, militar e judicialmente a região.

As campanhas militares de Afonso I – a que aludem algumas das crónicas do tempo de Afonso III – terão tido intentos sobretudo económicos, pela via dos proveitos resultantes dos saques e captura de prisioneiros, com eventuais efeitos dissuasores sobre as raras incursões muçulmanas nesta região (Barroca, 2003: 22), as quais, por seu lado, e ao que tudo indica, sempre tiveram um alcance muito limitado, de intentos idênticos ao das forças opostas, não correspondendo, de todo, à instauração nesta região de um poder efectivo e organizado.

Há muito que se assumiu que o movimento de presúrias, a face mais visível da inclusão do vale do Douro no reino das Astúrias, pouca ou nenhuma resistência suscitou e esteve longe de encontrar um território semidesértico, ermado por uma pretensa e mítica necessidade de, em tempos de Afonso I, criar uma espécie de terra de ninguém por onde se susteria qualquer veicidade muçulmana de rumar em direcção ao Norte.

Nenhuma das notícias das mais antigas presúrias nesta região as relata como acontecimentos bélicos. Pelo contrário, as poucas expressões que nos dão algo a conhecer sobre as circunstâncias em que as mesmas acontecem descrevem-nos actos simbólicos, eminentemente cénicos – o que implica uma assistência, por pouco numerosa que esta seja: o uso do corno e do albende régio (*cum cornu et cum alvende de rege*) como o relatado em Souselo em 870 (PMH, DC 6) é demonstrativo de uma ostentação de poder, simbolizando a tomada de posse de uma terra em nome da monarquia asturiana que só faz sentido se for feita perante quem já então ali se encontrava.

As poucas expressões que apontam para uma forte componente militar da acção dos presores reportam-se às qualidades que a eles se atribuem, como acontece com o Conde Odoário, presor de Chaves, apelidado de *digno bellatori* numa doação escrita em 982, pouco mais de um século depois de aquele magnate se ter apoderado da *civitas Flavias*, em 872 (Azevedo, 1939, II, 88). Este mesmo documento, porém, ao descrever os feitos heróicos que justificam a exortação das qualidades bélicas do Conde, reporta-se exclusivamente à dinâmica construtiva por ele impulsionada e à sua acção povoadora (*venit in civitate Flavias secus fluvium Tamice vicos et castella erexit et civitates munivit et villas populavit*).

Para a aferição do sentido destas presúrias, pouco ou nada se deverá ir buscar às referências cronísticas, como a da Crónica *Rotensis* que se refere a Afonso III dizendo que este monarca *multas civitates bellando cepit* (Crón. Astur., p. 132), já que elas são feitas com a óbvia intenção de exaltar as qualidades militares daquele monarca.

Uma das *civitates* cuja conquista as crónicas indicam – a de *Anegia* – terá, ao que tudo indica, constituído uma fundação desta época, não fazendo por isso sentido que a mesma tenha sido tomada pela força das armas.

Estes movimentos de presúrias que atingem o vale do Douro pouco depois da subida ao trono de Afonso III, promovidos e/ou feitos em nome do monarca, além de não se revestirem do carácter de autênticas campanhas militares, estão longe de ter uma progressão linear de Norte

para Sul, embora seja essa, efectivamente, a sua orientação genérica. Para uma plena compreensão das direcções e dos ritmos a que progrediram as presúrias, justifica-se regressar às grandes linhas que, no capítulo anterior, definimos como estruturantes do espaço que nos ocupa.

Relembremos pois os dois grandes eixos que definem a orientação Norte-Sul dos principais itinerários terrestres do Baixo Douro nos finais do século IX – Braga/Guimarães/Viseu, por um lado; e Chaves/Lamego/Viseu, por outro – e acrescentemos-lhe um terceiro eixo viário, a jusante, paralelo aos anteriores, o qual ao longo do litoral atlântico se sobrepõe à antiga via XVI do Itinerário de Antonino, ligando *Bracara Augusta* e *Olisipo*.

Pouco depois de Afonso III ter assumido o trono do reino das Astúrias, já o Conde Vímara Peres procedia à presúria de *Portucale*, em 868, tal como nos relata o *Chronicon Laurbanense*: “*Era DCCCCVI prenditus est Portucale ad Vimara Petri*” (PMH, *Script.*, p. 20), dando novo fôlego a um processo que estaria aparentemente pouco dinâmico desde a presúria de Tuy por Afonso Betotes em 854, ainda em tempos de Ordonho I; e da zona de Entre Minho e Lima pelo *dux* Paio Bermudes, em data incerta (Azevedo, 1945).

Uma vez tomada a mais importante localidade do curso terminal do Douro, no eixo da antiga via romana de Lisboa a Braga, sucedem-se, até à morte de Vímara Peres logo em 873, as acções de reorganização do território de Entre-Douro-e-Minho, como o repovoamento da zona de Braga, a partir de 870 (LF 16), ou a presúria de Negrelos, no mesmo ano (PMH, DC 5), nas imediações da sede da antiga paróquia sueva de *Carantonis* (hoje Cantonha, Santa Marinha da Costa) em Guimarães, onde a família condal se instala, aí construindo a sede palatina do condado (Real, 1985).

Quase em simultâneo, ou imediatamente depois, o eixo Braga/Guimarães/Viseu testemunha este mesmo processo, embora aqui com características originais.

Dos *comites* delegados da monarquia astur que terão encabeçado este processo ao longo deste eixo, não conhecemos um único nome. E aqui não existindo junto ao Douro, qualquer antigo centro populacional relevante – as antigas paróquias suevas de *Magnetum* (Meinedo, Lousada) e de *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses) ficam já distantes do rio e não possuem condições topográficas adequadas à instalação de uma fortaleza que assinale o centro do território, entretanto reestruturado – logo em 870 se dão presúrias na margem Sul do Douro, como aquela que terá levado à fundação da igreja de *Sancta Eolalia de Sonosello* (hoje Santo André de Souselo, Cinfães), onde se fez sentir a acção dos presores que actuaram munidos da legitimidade que lhes era conferida pelo albende régio, anunciados pelo som do corno que se fez ecoar pelo vale (PMH, DC 6 e DC 7, de 870 e 874).

Entretanto, ainda antes de 875 (PMH, DC 8), haveria de ser fundada a fortaleza que iria capitanear os destinos deste território pelo menos até ao câmbio de milénio – *a civitas Anegia* – e só um pouco mais tarde temos notícias de outras presúrias ao longo deste eixo, mas mais a Norte, como aquela que foi levada a cabo por dois moçárabes, Muzara e Zamora, em Lardosa (Rans, Penafiel), em 882 (PMH, DC 9).

Embora possa ter arrancado ligeiramente mais tarde, mas, à semelhança do litoral, também sob a forte liderança de um conde – *domno Odoario digno bellatori* – o movimento de presúrias ao longo do eixo Chaves – Lamego – Viseu certamente progrediu também de forma muito rápida: pouco depois da presúria de Chaves em 872, e a julgar pelo testemunho da *Chronica Albendensia* (*Crón. Astur.*, p. 176-177), ainda decorria o reinado de Afonso III e já se procedia ao “repovoamento” de Lamego, na margem Sul do Douro.

Ao longo destes três grandes eixos de circulação, e num período de tempo muito curto, embora a ritmos que poderão ter sido ligeiramente diferentes, esta primeira vaga de presúrias rapidamente deixou o vale do Douro para trás, permitindo a Afonso III o Grande ainda testemunhar a posse dos importantes centros urbanos de Coimbra e Viseu e deixar criadas as bases de um novo modelo de ordenamento territorial.

2.2. *Territoria e civitates*: um novo modelo de organização do território

A geomorfologia do território, os antigos centros populacionais, os itinerários trans-regionais (com especial relevo para os grandes eixos de circulação entre o Norte e o Centro daquilo que viria a ser Portugal) os portos fluviais e os pontos de travessia do rio Douro compõem o quadro regional que permite compreender a forma como progrediu a implementação de um novo modelo de organização administrativa e militar do vale do Douro, as opções para a instalação das respectivas *civitates*, a configuração dos seus *territoria*, e os movimentos populacionais que lhes dão corpo e sustentabilidade.

Não nos deteremos muito na explicação do modelo de organização territorial que foi implementado. Baseado na divisão das áreas que se consideram incorporadas no reino em amplos espaços territoriais, que nos diplomas coevos surgem identificados como *territoria* (Fig. 3), suporta-se militarmente na renovação ou criação de fortalezas centrais, identificadas como *civitates* ou até mesmo *urbes*, sem que, no entanto, um pouco paradoxalmente, a utilização destes termos signifique que estamos perante estruturas fortificadas muito elaboradas, de grandes dimensões e/ou inseridas num contexto urbano.

O paralelismo entre este modelo e o implementado pelo mesmo monarca noutras regiões sob a influência da coroa asturiana, nomeadamente com as *mandationes* ou *comissa* da Galiza, foi já salientado por vários autores (cfr. Barroca, 2003: 72). O mesmo se poderá dizer das afinidades entre esse mesmo modelo e aquele outro que foi implementado pelos muçulmanos na Marca Inferior, do lado oposto da linha da frente das forças cristãs.

A Norte do Douro, sobre o eixo litoral, estruturam-se os *territoria Bracarensis e Portucalesis*, criados certamente logo após a presúria de *Portucale* em 868. Da sua existência nos dá conta o diploma que nos fala da presúria de Negrelos (Guimarães) em 870 (PMH, DC 5).

Sobre o eixo Braga – Guimarães – Viseu, que alguns autores interpretam como parte integrante de um itinerário ainda mais longo, ligando desde época romana as capitais provinciais de Braga e Mérida, criou-se o território da *civitas Anegia*, com sede numa fortaleza erguida nas margens do Douro, em frente à foz do Tâmega, onde hoje se encontra o templo de Nossa Senhora da Cidade, em Eja, Penafiel (Almeida e Lopes, 1981-82).

Localizada nas proximidades da nascente de águas termais de Entre-os-Rios – a *villa Banius* do século XI (PMH, DC 357, de 1047) – e na base de um antigo povoado castrejo – o *castro Anegia* dos diplomas medievais, cuja ocupação alti-medieval ainda está por comprovar – a *civitas Anegia* corresponde a intenções de índole claramente militar sem que tenha por suporte qualquer antigo núcleo urbano (Fig. 4).

O *territorium* da *civitas Anegia* é um corredor natural, de orientação NW-SE (sobrepuesto, como já vimos a um importante eixo viário) que, já em 875 (PMH, DC 9) se estendia, a leste, até aos contrafortes do maciço da Serra do Marão, e que, na sua configuração final, é delimitado, a Leste pelo Marão (*mons Maraonis*) e Montemuro (*mons Muro*), a Sul pelo maciço da Freita (*mons Fuste*), e a Oeste pela cumeada a que hoje a toponímia não confere qualquer unidade, mas a que os medievais chamavam, na margem Sul, *Serra Sicca*, a qual delimitava os *territoria* de *Anegia* e *Portucale* (na margem Norte) e também provavelmente *Anegia* e *Sancta Maria* (na margem Sul), e que devia ser intensamente fortificada na Alta Idade Média (Lima, 1999).

Infelizmente, a montante de *Anegia*, não dispomos de séries documentais tão antigas que se tenham conservado até aos dias de hoje – o que em grande parte se explica pela ausência de fortes instituições monásticas com interesses fundiários na região, cujos cartórios tenham preservado cópias de antigas transacções de propriedades.

É certo que, em paralelo com Braga, o curso superior do Tâmega foi desde logo integrado num vasto território com sede na *civitas Flavias*, cuja tradição urbana, como é sobejamente conhecido, tal como a de Braga, vinha já de tempos imperiais.

Já vimos também que o movimento de presúrias ao longo deste importante eixo cedo atingiu o Douro, ainda em tempos de Afonso III. Não cremos, porém, que o território da *civitas Flavias* se estendesse até ao Douro. E não faria qualquer sentido defender que Lamego desde logo se tornasse centro de um território que se estendesse para a margem Norte.

O território de Panóias é seguramente uma realidade mais tardia e o seu centro, não obstante o importante santuário romano e depois a paróquia sueva que aí se instalaram, em nada corresponde ao que se poderia esperar para o núcleo principal de uma circunscrição de natureza eminentemente militar, cujo palco de actuação tivesse por epicentro o vale do Douro.

Tudo apontaria para que o monarca aqui procurasse – ou criasse – uma fortaleza cujas características se aproximassem das de *Anegia*: em zona de encosta virada ao Douro, com boa visibilidade para Sul, sobre o curso deste último rio, em posição claramente defensiva (em esporão situado a meia encosta, para ver sem ser visto), servindo-se de um importante eixo viário, de tradição romana, e de um porto fluvial.

Vamos encontrar todas estas características nesta zona do vale do Douro, na importante fortaleza de *Aliovirio* (Cidadelhe, Mesão Frio), localizada em plena encosta, cujo topónimo sobrevive, na versão moderna, em São João e São Miguel de Lobrigos, Santa Marta de Penaguião (Fig. 5).

A todos os predicados que já indicamos, acrescentem-lhe outros. Por um lado, para além de se ter instalado sobre um importante povoado castrejo, a sua relevância vem já desde época sueva (Fernandes, 1997: 74-75) tendo inclusive cunhado moeda própria no século VI.

O seu porto fluvial – o *portu de aliovirio* de 922 (PMH, DC 25), que corresponderá ao *portu de Moledo* do século XIII (PMH, *Inq.* 1004-1005) – além de se aproximar, como o de *Anegia*, de nascentes de águas termais, onde, também em situação paralela com a da velha *civitas* de Eja, existem vestígios que comprovam a sua utilização desde época imperial, dá sequência a uma importante via de origem romana (testemunhada pelo achado de um miliário, já aqui referido) permitindo aceder à margem Sul do Douro e à zona de Lamego.

Se dúvida houvesse sobre a importância, em tempos de Afonso III, da fortaleza de *Aliovirio*, ela terá ficado desfeita com a identificação, em contexto de escavações arqueológicas aí realizadas por Armando Coelho Ferreira da Silva (Silva, 1986: p. 274 e nota 100), de uma imponente torre quadrangular com cerca de 36 m² e grossas paredes de xisto com quase dois metros de espessura (Fig. 6), associada, pelo mesmo autor, à realização, em 28 de Setembro de 911, de uma *congregatio magna in locum predictum Aliobrio in presentia D. Hordonii et collecti omnes episcopi comites et capitanei territorio galeciense* (PMH, DC 17).

Quanto à integração das terras situadas a Sul do Douro neste novo modelo de organização territorial apoiado em *civitates*, a questão é um pouco mais complexa.

Quando em 1993 e 1999 abordamos a formação e a extensão do *territorio Anegia* (Lima 1993; 1999), cuja configuração final se estendia para Sul até Arouca, afirmamos que o mesmo teria mantido as suas dimensões desde a sua criação até ao seu desaparecimento, baseados na precoce presúria de Souselo (Cinfães), na margem Sul do Douro, logo em 870, e da integração de Soalhães (Marco de Canaveses), no extremo leste do seu território, a mais de 30 quilómetros de distância, logo em 875.

Hoje, cremos que serão de valorizar os elementos que apontam para que, inicialmente, a margem Sul do Douro tenha sido mantida à margem desta reestruturação administrativa, quando muito apenas parte integrante de um vastíssimo território (na acepção de condado) cuja criação foi proporcionada pela presúria de Coimbra pelo Conde Hermenegildo Guterres em 878.

No que diz respeito à estruturação de novos *territoria* na margem Sul, logo na sequência da primeira vaga de presúrias, poder-se-á conjecturar sobre a criação de um *territorio Lamecum* com sede na fortaleza homónima (Fig. 7), único núcleo populacional de todo o Baixo Douro que poderá ter atingido características “urbanas” em época antiga, com ocupação romana cada vez mais

evidente (Teixeira, 2002; Teixeira e Lima, no prelo: 130) e elevada à dignidade de diocese ainda em época sueva (Fig. 6).

Desconhecemos o nome do(s) presor(es) da *civitas Lamecum*, mas a sua inclusão na lista de *civitates* “tomadas” por Afonso III – de acordo com as crónicas asturianas – garantem a efectivação da presúria desta região ainda no século IX.

Se desde logo se tornou centro de um território é coisa que por agora fica em aberto. É certo porém, que o seu castelo só nos aparece explicitamente mencionado em 952 (PMH, DC 65), numa data espantosamente coincidente com aquela que, noutro diploma do mesmo ano, pela primeira vez coloca propriedades a Sul do Douro na esfera de influência da *urbis Anegie* (PMH, DC 64).

Na faixa litoral, é certo que não abundam os diplomas da época. Porém, um diploma de 902 omite a *civitas Sancta Maria*, cuja existência só nos é revelada por um datado de 972 (MA 187, doc. II) e logo a seguir por um outro de 977 (DC 120; cfr. BARROCA 2004: 188), apontando para a formação desta unidade territorial durante a primeira metade do século X, ou até mesmo para meados desta centúria.

A verdade é que no mesmo sentido aponta a ausência de referências ao território da *civitas Anegia* em todos os diplomas referentes à margem Sul, pelo menos até 951 (PMH, DC 6, de 870; DC 7, de 874; DC 10, de 883; DC 25, de 922; DC 30, de 925; DC 38, de 933; DC 43, de 937; DC 48, de 938; DC 49, de 939; DC 63, de 951), sendo que logo no ano seguinte, como vimos, integra já terras da margem direita do rio Paiva, na base da serra de Montemuro.

Tudo aponta, assim, para que – com a expansão de *territoria* já criados no último terço da centúria anterior, e/ou com a criação de outros novos, os meados do século X marquem claramente um momento de forte consolidação do povoamento e da organização administrativa e militar da margem Sul do Douro.

Refira-se a este propósito que datam também deste momento de viragem para a segunda metade do século X, as primeiras menções explícitas ao *territorium* da *civitas* de Viseu (PMH, DC 63, de 957 e DC 139, de 964) e ainda referências várias a outros *territoria* na margem Sul do Douro, os quais poderão, porém, corresponder apenas a meras unidades geomorfológicas (serras ou bacias hidrográficas e vales muito marcados na paisagem duriense), sem autonomia administrativa e militar: *territorio Geronzo* (Serra do Montemuro) em 946 (PMH, DC 56), *territorio Vargano* (vale do rio Paiva) em 952 (PMH, DC 64), *territorio Arauca* (vale de Arouca/vale do rio Arda) em 956 (MA 186, doc. I) e ainda *territorio Timillopus* (vale da ribeira de Temilobos) em 970 (PMH, DC 101).

3. FRAGMENTOS MATERIAIS DO DOURO NOS SÉCULOS IX E X: ALGUNS EXEMPLOS

Analisaremos de seguida a imagem do território que nos é transmitida pela escassa documentação escrita que sobreviveu até aos nossos dias, para depois a cotejarmos com os dados que nos são transmitidos pelos diferentes tipos de vestígios arqueológicos.

Para além das próprias *civitates*, símbolos máximos do poder condal, analisam-se as restantes fortificações em que se terá baseado a defesa de tão amplos territórios.

Faremos ainda uma muito breve abordagem aos elementos de arte e arquitectura pré-românica já identificados na região em estudo, apesar de regra geral eles terem chegado até nós através de raros exemplares de escultura decorativa.

De entre um variado leque de materiais e estruturas arqueológicas que poderiam servir como indicadores de povoamento nesta época, escolhemos ainda, pela sua concentração na região em estudo, mas também pelos significados que encerram, as chamadas “sepulturas escavadas na rocha”, um tipo de monumentos funerários que, não sendo um exclusivo desta área

nem sequer deste período cronológico, constituem, pelo seu número e riqueza informativa, uma referência para o estudo da Alta Idade Média regional.

3.1. O povoamento do Baixo Douro à luz dos diplomas anteriores ao ano 1000

Será sempre muito limitada a visão que podemos ter sobre o povoamento do Baixo Douro nos séculos IX e X se nos basearmos exclusivamente nos diplomas da época.

Ao todo, não se conhecem, para toda esta região, mais de 31 documentos avulsos anteriores ao ano 1000, e destes muito poucos são originais, com tudo o que isso representa em fiabilidade da informação ou falta dela. Quase todos são registos de compra e venda, escambo ou doação de propriedades, feitos com recurso a minutas e formulários muito estereotipados, parcos em informação diversificada.

Cinco diplomas são do reinado de Afonso III, outros catorze são ainda da primeira metade do século X, até Ramiro II portanto, enquanto os restantes doze datam dos últimos cinquenta anos do primeiro milénio.

Se analisarmos a distribuição regional do povoamento exclusivamente à luz dos diplomas que chegaram até nós, arriscamos, mais uma vez, uma visão muito deturpada do Baixo Douro. Assim vista, a distribuição do povoamento limita-se a reproduzir a geografia dos interesses fundiários dos mosteiros cujos cartórios chegaram até nós, e estes – quase exclusivamente Paço de Sousa, Alpendorada e Arouca – concentram-se apenas ao longo da faixa mais ocidental da vasta região que nos ocupa. Atente-se porém que Alpendorada é uma fundação de meados do século XI; e do cenóbio de Paço de Sousa só temos notícia quase no câmbio de milénio (em 994), pelo que só o mosteiro de Arouca – fundado, ao que tudo indica, entre 915 e 925 e reedificado em 951 – testemunhou directamente a informação que o seu cartório veicula.

Permitam-se-nos, apesar de tudo, algumas observações à representação cartográfica que ensaiamos para a informação disponível anterior ao ano mil (Fig. 8).

Os núcleos de povoamento referidos ainda durante o reinado de Afonso III reportam-se exclusivamente ao corredor natural que está na base do território da *civitas Anegia*: uma forte presença ao longo da *carraria antiqua* da margem direita do rio Paiva, e uma referência singular a São Martinho de Soalhães, a meia encosta da Serra da Aboboreira, sobre a via romana que se dirigia para a travessia do Douro.

Entre Ordonho II e Ramiro II (911-951) consolida-se o povoamento deste mesmo território, com particular incidência e concentração nos seus extremos Norte – ao longo do vale do Sousa – e Sul – no vale de Arouca.

Novidade, porém, são as primeiras mas ainda escassas referências no eixo Chaves – Lamego e uma forte concentração de núcleos de povoamento (embora sem qualquer referência a igrejas) na margem esquerda do Douro, a montante do profundo vale do rio Bestança, por onde corria, também já vimos, uma outra *carraria antiqua* rumo a Castro Daire e depois Viseu.

Na segunda metade do século X, é notória a disseminação do povoamento ao longo de todo o território da *civitas Anegia*, realçando-se cada vez mais as concentrações no vale do Sousa, na margem Norte e vale do Paiva e Arouca, na margem Sul.

A encosta Norte do Montemuro, voltada ao Douro, não conhece novas referências na segunda metade do século. Porém, no vale de fractura Chaves – Lamego, adensa-se a malha do povoamento e temos finalmente notícia documental da existência do *castellum* da *civitas Lamecum*.

Não será este o local apropriado para aludir à forma como a toponímia poderá ajudar a suprir as lacunas de informação que nos são deixadas pela escassez da documentação. A questão é demasiado importante e complexa para ser abordada sem um levantamento sistemático, em arquivos, matrizes prediais, na cartografia e no próprio terreno.

Não podemos no entanto deixar de lembrar aqui que, como refere Mário Barroca (2003: 24), se o verbo “repovoar” usado em crónicas e documentos oficiais designa apenas o reenquadramento de populações que estariam fora da alçada de qualquer poder instituído, não é menos verdade que há efectivamente topónimos que registaram para a posteridade movimentos populacionais de Norte para Sul, e também em sentido inverso. Por se reportarem a esta época e a este espaço geográfico, entre eles não podemos deixar de citar aqui, a título de mero exemplo, a *villa Mahmutis* (hoje Moumis, em Paús, Resende) documentada em 946 (PMH, DC 56) e, mais do que qualquer outra, a *villa Asturianos*, na zona de Alvarenga, em pleno vale do rio Paiva, referida em 952 (DC 64).

3.1. Cercas e Castelos

O uso do termo *castellum* é extremamente raro. Para esta época, nesta região, aparece-nos uma única vez em 952 (PMH, DC 65): *in Ieronzo ad castellum de Lamego* (*Geronzo* é a designação arcaica da Serra de Montemuro).

Sabemos que deveriam poder ser incluídas nesta categoria todas as outras fortificações que desempenharam funções como *civitates* ou centros de vastos *territoria*: no vale do Douro, pelo menos *Portucale* e *Anegia* – acrescentaríamos *Aliovirio* – na margem Norte; e *Sancta Maria*, para além de *Lamecum*, na margem Sul.

Não é, porém, credível que se ousasse tentar defender tão vastos *territoria* apenas com as fortalezas que os capitaneiam.

Uma das mais promissoras linhas de investigação para o estudo das fortalezas secundárias que poderiam apoiar mais directamente as populações em caso de necessidade, foi aberta por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, já lá vão 30 anos (Almeida, 1978) quando sugeriu um significado defensivo para os pontos de referências usados pelos diplomas da época para a localização das propriedades (*subtus mons, ad radice alpe, sub castro*, etc.)

A tentativa que fizemos em 1993 (Lima, 1993) de estabelecer uma associação arqueologicamente comprovada entre as referências documentais e a existência efectiva de castelos a que vulgarmente chamamos “roqueiros” não foi inteiramente conclusiva. Essa associação ficou claramente provada apenas quando nas décadas de 60, 70 e 80 do século XI, os castelos cabeça-de-terra – ainda inexistentes enquanto tais, nos séculos IX e X – passaram a constituir eles próprios os pontos de referência para a localização das propriedades. Ficou ainda claramente provado que nos finais do século XI e ao longo do século XII esses pontos de referência mais não são do que as elevações que mais se destacam no terreno, pela sua altitude absoluta ou pela sua dimensão (Lima, 1993).

Porém, e até prova em contrário, assumindo que nos diplomas dos séculos IX e X essa associação é verdadeira (*mons* = fortificação), podemos apoiar-nos na cuidada análise que fez Mário Barroca para ficarmos a perceber que a região do curso terminal do Douro é aquela onde o fenómeno do encastelamento é mais precoce e mais denso (Barroca, 2004: 189).

Ainda não havia terminado o primeiro milénio e já se documentam no território da *civitas Anegia*, para além da própria *civitas*, pelo menos outras dez estruturas de defesa e refúgio: *Bendoma* em Paredes, *Ordines* e *Petroselo* em Penafiel, *Aradrus* e *Genestaxo* em Marco de Canaveses, *Fuste* em Arouca, *Gavano*, *Geronzo* e *Vargano* em Cinfães. No restante território, porém, mais não temos que as próprias *civitates* de *Aliovirio* e *Lamecum*.

É certo que no *mons Bendoma* (Vandoma, Paredes) existem vestígios de uma cerca que remontará à Alta Idade Média, a qual, pela sua tipologia, foi posta por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Almeida, 1980) em paralelo com as que se observam na Calcedónia (Gerês) e nas Portas de Montemuro (Castro Daire/Cinfães). Esta estrutura defensiva estará também associada à defesa do Mosteiro de São Pedro de Cête, fundado antes de 924 (PMH, DC 27).

Igualmente com vestígios evidentes de fortificação e também associados a cenóbios, são os casos do *mons Ordines* (Paço de Sousa, Penafiel) e do *mons Aradrus* (Alpendorada e Matos, Marco de Canaveses), ligados, respectivamente, aos mosteiros de Paço de Sousa (anterior a 994) e Alpendorada (fundado em 1059).

Contudo, na maior parte dos casos, ou não é possível identificar o local a que se referem os diplomas, ou neles não se descobrem vestígios de fortificação, ou, quando se descobrem, não é inquestionável que seja por eles que o monte em questão se usa como ponto de referência para a localização das propriedades (o *mons Ordines* será, por ventura, a única exceção evidente).

Fruto do trabalho de campo por nós realizado e/ou com referências explícitas de outros autores à existência efectiva de trabalhos defensivos nesses locais, temos inventariadas 36 estruturas castelares nesta parcela do vale do Douro (Fig. 9), não estando aqui contabilizados nem os castelos que vieram a capitanear as terras criadas no século XI após o desmembramento dos *territoria* dos séculos IX e X (excepto se algo indicie que já existiam antes) nem aqueles que conhecemos apenas por referência documental.

Na maior parte das fortificações identificadas, é notória a sua função de controlo sobre importantes vias terrestres e/ou fluviais (em pelo menos 19 casos essa associação é evidente). Em quase metade (pelo menos 14) as estruturas medievais sobrepõem-se a povoados castrejos e/ou com fortes indícios de ocupação em época imperial. Infelizmente, ao contrário do que sucede, por exemplo, no Alto Tâmega (Barroca, 2004: 183), não temos no Baixo Douro nenhum caso em que se possa afirmar que a reocupação de antigos castros se fez não só com intuítos defensivos mas também como locais de habitat.

Noutros locais do norte peninsular, como o reino de León, estudado por José Avelino Gutiérrez González (1995), já são possíveis sistematizações tipológicas e cronológicas para as estruturas defensivas dos séculos IX e X, algo que estamos ainda longe de poder fazer para o Baixo Douro. Não obstante as grandes lacunas de informação que ainda existem, as fortalezas que vão sendo melhor conhecidas são as de iniciativa condal, como as que encabeçaram os vastos *territoria* criados no âmbito da integração deste espaço na área de influência da coroa astur.

Na *civitas Anegia*, que ainda não foi sujeita a escavação arqueológica, a topografia e os alinhamentos visíveis deixam adivinhar uma estrutura semelhante à que se conhece para *Aliovirio*, (Cidadelhe, Mesão Frio) na sequência da escavação dirigida por Armando Coelho Ferreira da Silva (Silva, 1986: 274 e nota 100). Da *civitas* de Lamego dos primórdios da “Reconquista” podemos apenas observar restos do embasamento pré-românico no extremo Norte da acrópole da cidadela (Torres e Macías, 1998: 60). Mais bem conhecida, apesar das sucessivas transformações a que foi sujeita, é a *civitas Sancta Maria*, na qual Mário Barroca conseguiu identificar a estrutura condal, datável da segunda metade do século X, formando um pátio sub-rectangular com quatro torreões (Barroca, 2004: 188-189).

Quanto às estruturas defensivas cuja iniciativa se poderá atribuir às comunidades locais, e que são aquelas cuja função seria, mais do que despoletar um processo de povoamento, defendê-lo e organizá-lo (Almeida, 1978: 47) dispomos de muito pouca informação publicada.

O único levantamento de pormenor já dado à estampa é o do Penedo dos Castelos/Alto do Picoto, em Vila Cova, Penafiel (Lima, 1993: nº 65 e fig. 27, A; Santos, 2005: 66). Revela-nos uma planta não geométrica, maximamente adaptada à configuração do terreno, com um enquadramento topográfico e uma técnica construtiva que poderíamos considerar o arquétipo destas estruturas nos séculos IX e X: em monte cónico ou em esporão a meia encosta, com excelente visibilidade sobre o território e sobre os principais eixos viários (Fig. 10), em local com abundância de pedra e boas condições naturais de defesa, onde o esforço construtivo fosse mínimo, constrói-se uma linha de muralha – quando muito duas, sendo a segunda sempre parcelar –, perfazendo um recinto fechado de configuração oval ou aproximadamente circular, de preferência unindo os espaços existentes entre os batólitos graníticos que são parte integrante da muralha. Esta, por sua vez, pode

apresentar apenas uma ou duas faces, sempre com aparelho muito irregular com pedra sumariamente afeiçãoada e miolo preenchido por areão e cascalho.

São raros os testemunhos de movimentações maciças de terras para formar taludes ou plataformas destinadas a dificultar o acesso ao topo. Porém tais trabalhos parecem testemunhar-se de forma clara no castelo que controla a portela de Mexide, no actual concelho de Marco de Canaveses (Lima, 1993: nº 26).

Mais raros são os testemunhos de torres ou torreões e de estruturas destinadas ao aprovisionamento de água, os quais, quando existem, certamente se relacionam com castelos erguidos ou reconstruídos no âmbito da reforma do modelo de organização administrativa e militar operada a partir do século XI.

Menos conhecida ainda é a rede de fachos, atalaias e postos de vigia que constituíam uma primeira linha de alerta. A abundante toponímia regional relacionada com estas estruturas abre boas perspectivas de investigação mas exigirá um trabalho específico.

Para além da análise da sua distribuição geográfica – que parece abarcar toda a região em estudo, com particular incidência no entre Sousa e Tâmega, margem direita do Paiva e vertente norte das Serras da Aboboreira e Montemuro – o principal problema que se põe no estudo das estruturas defensivas é a sua sistematização cronológica, pois se nos abstermos das referências documentais que, como vimos, são muitas vezes dúbias, e na ausência de intervenções arqueológicas com resultados publicados, não temos grandes meios para distinguir entre as fortificações criadas com o movimento de presúrias (ou na sequência delas) daquelas outras estruturas que foram criadas ou transformadas em pleno século XI, com o advento das terras e o declínio das *civitates*.

Para além de *Alioviro* (Cidadelhe, Mesão Frio) cuja publicação se resume, por ora, a muito pouco (SILVA 1986: 274, nota 100, já referida), constitui excepção digna de louvor a divulgação sistemática dos resultados proporcionados pela intervenção que António Manuel Silva e Manuela Ribeiro têm levado a cabo nos últimos 20 anos no castelo de São João de Valinhas, em Arouca (Silva, 1994, 1995 e 2004; Silva e Ribeiro, 1999).

Entre esses resultados – omitindo, por ora, aqueles que dirão respeito às reformas defensivas operadas com o advento da terra de Arouca, a partir de meados do século XI (PMH, DC 392; cfr. Lima, 1999: 402, 405 e Lima, 2004: 330-332) – destacamos as datações de radiocarbono obtidas para um camada de incêndio posterior à segunda e anterior à terceira fase construtiva do castelo, as quais apontam para finais do século IX/primeira metade do século X (Silva e Ribeiro, 2007/2008: 71), relativas a um conjunto de estruturas que em tudo se adequa ao protótipo atrás descrito para os chamados “castelos roqueiros” que terão acompanhado de perto a consolidação do povoamento a que o movimento de presúrias deu forte incremento.

3.2. Arquitectura e Escultura decorativa pré-românica

Os testemunhos de arte e arquitectura pré-românica no Baixo Douro são muito raros (Fig. 11). Tanto assim é que o seu reduzidíssimo número (só uma dezena de sítios proporcionou peças datáveis dos séculos IX/X) não justificaria individualizá-los como objecto de análise se não fosse a riqueza informativa da chamada “arte erudita” para o estudo e compreensão do processo de “Reconquista” como fenómeno político e social, intimamente ligado às influências de origem galaico-asturiana, leonesa e até mesmo moçárabe a que as cortes condais entretanto estabelecidas em *Portucale*/Guimarães, Viseu e Coimbra são mais permeáveis.

A sua escassez deverá, no entanto, ser vista como indicador do poder avassalador de que se revestiram a arte românica e especialmente a arquitectura barroca nesta região, mais do que como sinal de uma efectiva raridade original das manifestações artísticas dos finais do primeiro milénio.

Sendo quase exclusivamente provenientes de igrejas que ainda nos dias de hoje se encontram ao serviço do culto religioso, os testemunhos de arte pré-românica do Baixo Douro são sobretudo constituídos por peças avulsas de escultura decorativa, já retiradas do seu contexto original ou reutilizadas no contexto de reformas mais tardias dos templos a que pertencem. Raramente estão em conexão, inseridas em obra datável da época a que pertencem, e até mesmo casos paradigmáticos como o da igreja de São Pedro de Balsemão, sabe-se hoje, constituem exemplo de templos totalmente refeitos em épocas mais tardias (Fig. 12), integrando elementos pré-românicos nas reconstruções profundas de que foram alvo (Caballero Zoreda e Arce Sainz, 2007: 268-269).

Abandonada toda esta região logo após as invasões árabes, não tanto pela população em geral, mas certamente pelos quadros administrativos, civis ou religiosos, que seriam os únicos com capacidade empreendedora no domínio da arte e arquitectura, teríamos que esperar pela instalação das estirpes condais de *Portucale* e Coimbra, logo após as presúrias de 868-878, para assistirmos ao surgimento de testemunhos de novos investimentos artísticos e arquitectónicos.

À parte alguns testemunhos, que carecem de confirmação cronológica, e que nos poderiam indiciar alguma organização local e regional (e consequente capacidade de iniciativa construtiva e criação artística) anterior às presúrias de Afonso III, ainda em tempos de Afonso II e Ramiro I (Real, 2007: 143; Real, s.d.: 100-101) – o que seria verdadeiramente notável para a região – todos os elementos pré-românicos identificados no Baixo Douro serão dos finais do século IX e século X, senão mesmo, alguns deles, algo posteriores.

Deverão pois relacionar-se com as criações proporcionadas pelo estabelecimento de altas classes dirigentes na região, bem como com os laços geopolíticos que entretanto se estabelecem entre essas famílias e entre elas e o exterior.

No Baixo Douro, quer ao longo do eixo Braga – Guimarães – Viseu, quer no que liga Chaves – Lamego – Viseu, testemunham-se desde logo alguns elementos de escultura decorativa da esfera de influência galaico-asturiana, patentes, por exemplo, nas impostas reaproveitadas em São Pedro de Balsemão (Lamego) e São Martinho de Mouros (Resende) e nas que estão ainda integradas num arco que só parcialmente foi modificado, em Vila Cova de Vez de Aviz (Penafiel) (Real, 2007: 140-141); bem como nalguns dos capitéis de Meinedo (Lousada), contextualizados por intervenções arqueológicas recentes (*idem*: 152; Rodrigues, 1994) e nos clipeos ornamentais que ainda hoje se observam na já referida igreja de Balsemão e na de Fernedo, Arouca (Real, 2007: 143).

O testemunho de escultura decorativa em calcário que se observa em Fernedo (Fig. 13) – cuja *villa* se encontra documentada desde 922 (PMH, DC 25) não pode ser também dissociado de outros testemunhos – artísticos e não só – do vale de Arouca, onde entre 915 e 925 se havia fundado o mosteiro homónimo, logo reedificado em meados do século X (Lima, 2004: 326-329), e no qual se conserva uma epígrafe cronologicamente atribuível a esta época (Barroca, 2000: II, nº 11).

Neste vale que um pouco mais tarde viria a ser autonomamente constituído como *terra de Arouca*, muito precocemente se terão cruzado influências e estímulos provenientes, por um lado das suas ligações à família condal portugalense, e por outro da sua dependência geográfica e administrativa relativamente ao condado de Coimbra (Real, 2007: 166).

O vale do Sousa – onde dois séculos mais tarde viria a florescer uma das mais brilhantes escolas regionais do românico português – o vale de Arouca e o eixo Chaves – Lamego, com particular incidência na região em torno desta última *civitas*, constituem, assim, os focos que mais se realçam no domínio da arte e arquitectura pré-românica do Baixo Douro.

Da representação cartográfica deste tipo de testemunhos, e em plena consonância com o denso povoamento que aí se testemunha documentalmente ainda na primeira metade do século X, ressalta ainda um outro foco de concentração em torno da passagem fluvial de Aregos, cuja importância já foi aqui várias vezes salientada, quer na sua margem Norte (Santa Cruz do Douro, Baião) quer na sua margem Sul (Cárquere, Quinta das Trapas e São Martinho de Mouros, Resende).

3.3. Sepulturas escavadas na rocha

Se há monumentos cuja menção desde logo nos evoca os tempos da mítica “Reconquista”, eles são as chamadas estruturas rupestres: ermitérios e/ou habitats rupestres e, sobretudo as sepulturas escavadas na rocha.

Sobre os primeiros, têm sido dados a conhecer muitos exemplares identificados nos últimos anos, os quais, no que diz respeito ao vale do Douro, estão concentrados em três grandes núcleos.

Na margem Norte, as estruturas conhecidas concentram-se na zona de Ansiães, Bustelo e Candemil, no vale do rio Fornelo (Amarante), conhecendo-se algumas outras na vertente ocidental da Serra da Aboboreira (Baião/Marco de Canaveses); na margem Sul, são conhecidos numerosos exemplares na vertente norte da Serra de Montemuro, com especial incidência no vale do rio Bestança, em Cinfães (Pinho, 1997; Pinho, Lima e Correia, 1999) e em Resende (Silva, *et al.* 1997).

Sendo óbvia a associação espacial entre este tipo de estruturas e antigas vias de comunicação, em cujas margens se encontram, as “furnas” – assim elas são vulgarmente conhecidas – carecem ainda de um estudo monográfico mais aprofundado, podendo em muitos casos tratar-se de construções muito mais recentes (cfr. Lima, no prelo).

Muito mais estudadas, e já sujeitas a vários levantamentos – alguns dos quais sistemáticos (Barroca, 1988: 142 e ss.) – são as chamadas “sepulturas escavadas na rocha”, as quais nos merecem desde já algumas linhas mais.

Embora ainda haja muito por compreender acerca do seu aparecimento e evolução tipológica, bem como sobre a(s) sua(s) cronologia(s) e distribuição espacial, algumas das hipóteses interpretativas já avançadas para este tipo de monumentos são suficientemente relevantes para que sejam consideradas nesta análise.

No que diz respeito a cronologias, embora se assumam ainda muitas questões em aberto, e não obstante algumas variações regionais, tudo aponta para que as sepulturas não antropomórficas, em especial as de contorno ovalado, tenham começado a ser usadas mais cedo do que as restantes tipologias, tendo entretanto havido um processo evolutivo que ao longo de cerca de século e meio, conduziu à elaboração de sepulturas antropomórficas.

Já esse processo evolutivo teria atingido o antropomorfismo com simetria axial perfeita quando o movimento de presúrias impulsionado pela monarquia asturiana atingiu o vale do Douro, no início do último terço do século IX. Este facto explicaria a maior proporção de sepulturas antropomórficas do vale do Douro, relativamente às que existem na bacia do rio Lima e a norte dela, e teria o aliciente de permitir usar este tipo de sepulcros como indicador do progresso do movimento de presores e eventuais colonos.

Não nos poderemos porém esquecer de que a explicação do processo de evolução das sepulturas rupestres à luz destas linhas gerais não pode fazer cair no esquecimento a mais que provável convivência (cronológica e geográfica) entre diferentes tipologias de enterramentos, bem como a sobrevivência até período muito tardio (pelo menos até ao século XIII) do uso de sepulturas antropomórficas escavadas na rocha (sobre todos estes aspectos cfr. a síntese de Mário Barroca (1988: 103-141)).

Pela nossa parte, limitámo-nos a ensaiar uma cartografia geral de todas as referências que pudemos coligir sobre a existência de sepulturas escavadas na rocha no Baixo Douro (Fig. 14). A escassa informação disponível relativamente à maioria dos sepulcros conhecidos levou-nos, por outro lado, a ter em conta apenas aspectos muito gerais da sua tipologia.

Sempre constituiu uma aliciente perspectiva de investigação a correlação entre os movimentos populacionais associados às presúrias dos séculos IX/X e a distribuição espacial dos sepulcros rupestres.

É verdade que eles surgem, não raras vezes, associadas a núcleos populacionais já referidos no último terço do século IX ou inícios do século X; surgem ainda associados a habitats

rupestres, por vezes interpretados como eremitérios alti-medievais, e/ou a fortificações cuja existência remonta também à centúria de novecentos. No entanto, uma vez definidos, no início desta exposição, os dois grandes corredores naturais da primeira “Reconquista”, essa associação levanta algumas questões interessantes:

- a) Em primeiro lugar, verifica-se uma extraordinária concentração deste tipo de monumentos na margem Norte do Douro, em especial no corredor que definimos como base geográfica do território de *Anegia*, e, dentro deste, em algumas áreas muito concretas: ao longo de uma linha que percorre, sucessivamente, o vale do Sousa, o vale do rio Cavalum e o da ribeira de Camba (todos em terras de Penafiel) em estreita coincidência com a estrada de origem romana proveniente de Braga – Guimarães; a meia encosta das serras de Aboboreira e Montedeiras, entre o *ager* e o *mons*, numa situação topográfica que corresponde na perfeição àquela que foi brilhantemente definida por Carlos Alberto Ferreira de Almeida para os núcleos de povoamento mais arcaico, no início do processo que levou à concentração dos enterramentos em torno da *ecclesia*. Não podemos deixar de assinalar a coincidência entre estas áreas onde se registam mais núcleos deste tipo de monumentos e aquelas onde os diplomas registam as mais antigas presúrias (PMH, DC 8, de 875 e DC 9 de 882).
- b) Em segundo lugar, é notoriamente menos expressiva a concentração deste tipo de monumentos no outro grande corredor natural – o da falha tectónica que liga Chaves à Régua e depois a Lamego; embora, numa perspectiva mais ampla, essa situação se possa alterar; há-os porém na margem Sul, por toda a vertente Norte do Montemuro até altitudes a rondar os 1100 metros, com especial concentração nos vales dos rios Bestança e Cabrum, no enfiamento das travessias fluviais de Porto Manso e Aregos.
- c) Em terceiro lugar, é espantosa a absoluta ausência deste tipo de monumentos em duas grandes áreas: o curso terminal do rio Sousa, na margem Norte do Douro; e todo o vale do rio Paiva e as terras a poente do mesmo, na margem Sul do Douro, incluindo a área atravessada pela *carraria antiqua*, onde também se documentam as mais antigas presúrias (PMH, DC 6 e DC 7) e um intenso povoamento na primeira metade do século X.

Eventuais falhas resultantes do trabalho de campo já realizado e/ou divulgado nalgumas áreas por contraposição a um mais forte investimento na prospecção de outras não serve para explicar tudo, pois nesta zona, Arouca, Castelo de Paiva, Cinfães e Paredes possuem já alguns bons inventários arqueológicos. E a geologia também não responderá integralmente a esta ausência.

Podemos, porém, ver na tão precoce estruturação e organização do povoamento do vale do Paiva uma das possíveis explicações para a ausência de sepulcros rupestres disseminados pelo território, longe dos centros emergentes das futuras paróquias.

4. NO CÂMBIO DE MILÉNIO: DAS CAMPANHAS DE ALMANSOR À DESAGREGAÇÃO DAS CIVITATES

Concluído este périplo por alguns dos mais significativos indicadores, arqueológicos e documentais, do povoamento alti-medieval do Baixo Douro, e analisada a forma como se encontrava estruturado o território e organizada a sua defesa, não gostaríamos de terminar sem uma alusão, ainda que breve, aos processos sociais e económicos, mas também políticos e militares que conduziram, por um lado, à falência do modelo de organização criado com a integração desta região na esfera de influência da monarquia asturiana e de algumas das mais poderosas famílias condais por ela patrocinadas; e por outro à criação de novas estratégias de defesa e de macro-ordenamento territorial.

4.1. O Baixo Douro e as campanhas de Almansor

O movimento de presúrias iniciado por Afonso III no Baixo Douro proporcionou um efectivo controlo de um vasto espaço geográfico cujo perímetro seria assinalado por um notável conjunto de fortalezas que marcaria por pouco mais de um século um equilíbrio de poderes cuja estabilidade só viria a ser posta em causa pelas campanhas de Almansor, a partir de 981.

Nos inícios da segunda metade do século X, encontravam-se na posse de D. Flâmula Rodrigues, sobrinha de Mumadona e descendente de duas famílias condais com forte intervenção no movimento de presúrias e posterior intensificação do povoamento, uma série de castelos situados na Beira interior, entre os rios Távora e Côa.

A geografia dos castelos de D. Flâmula – a par dos testemunhos arquitectónicos muçulmanos presentes além-Côa – permitiu a Mário Barroca descrever com rigor o perímetro do espaço cujo controlo as presúrias asseguraram: pelo vale do Mondego até ao Côa, e depois pelo vale deste rio até ao Douro (Barroca, 2003: 25-26).

É certo que o espaço assim delimitado nunca chegou a estar completamente a salvo de saques e razias muçulmanas como a que terá acontecido em 975 na zona de Moldes (Arouca) e que nos é documentada por um diploma de finais do século XI: “*venerunt sarraceni cecidit ipso territorio in herematione et fuit ipsa ecclesia [de Moldes] destructa... fuit herema in era MXIII^a [AD 975]*” (PMH, DC 746, de 1091). Porém, não se vislumbra que tais razias se dirigissem a localidades importantes ou estruturas fortificadas. E muito menos terão originado uma ocupação perene dos espaços atacados.

Certo é também que, em face dos relatos contidos nas crónicas e dos dados provenientes dos diplomas coevos, não se reconhece às *civitates* do Baixo Douro qualquer protagonismo militar ao longo de toda a sua vida útil.

Os ataques normandos jamais terão passado da faixa litoral – onde, efectivamente alguns castelos foram alvo de recontros violentos (PMH, *Script.*, 9); e das poucas notícias conhecidas sobre razias árabes ao vale do Douro, nem uma única se reporta a ataques directos a estruturas defensivas, constituindo alvos preferenciais para a acumulação de despojos de guerra as pequenas e desprotegidas povoações como a já referida de Moldes (Arouca), saqueada em 975.

A partir de 981, a situação altera-se radicalmente, com as primeiras campanhas de Almansor dirigidas a esta região. Fazendo uso de uma notável capacidade de organização e estratégia política e militar, e sabendo cativar o apoio de nobres cristãos a troco de protecção e partilha do produto dos saques, Almansor começou por atacar a fronteira leste (15^a campanha, de 981, de acordo com a designação de Luís Molina (Molina, 1983)), e passou logo depois para a fronteira Sul no vale do Mondego (26^a, 27^a, 28^a e 35^a campanhas contra Condeixa, Coimbra e Montemor-o-Velho, entre 986 e 990, com um regresso a Montemor no ano mil).

A 46^a campanha, de 995, chamada “de Aguiar”, a qual, dando crédito às crónicas cristãs, teria atingido o coração do território da *civitas Anegia*, levando à tomada do castelo de Aguiar de Sousa (PMH, *Script.*, 9), mais não terá sido afinal, do que o retomar dos ataques à fronteira leste, recuando-a para o vale do Bestança e para o rio Douro, no Montemuro e a montante desta imponente serra (Lima, 2008).

A partir de 995, já estariam na posse das forças muçulmanas importantes praças como as de Viseu e Lamego, para além do castelo de Aguiar de Montemuro (nas imediações da Lagoa de D. João, importante nó viário já aqui referido), o qual terá marcado o destino final e o extremo ocidental das conquistas de Almansor (Lima, 2008). Estaria assim aberto o caminho pelo qual “o Vitorioso” regressaria da sua expedição a Santiago de Compostela, rumo a Viseu depois de, em Lamego, se despedir dos condes cristãos que o apoiaram partilhando com eles os despojos da sua vitória (PEA, II, 256 e ss.)

Sem querer ver nas questões estritamente militares o aspecto fulcral da falência do modelo

das *civitates*, não deixa de ser relevante assinalar, mais do que a sua incapacidade para defender o território, a sua absoluta falta de protagonismo militar, que encontra eco no silêncio que as fontes cronísticas, quer árabes, quer cristãs, fazem sobre eventuais conquistas.

Será muito mais no campo das progressivas mudanças das conjunturas políticas e económicas – quer do “lado cristão”, quer do “lado muçulmano” – e do equilíbrio de diferentes forças sociais – quer as já instaladas, quer as emergentes – que deveremos procurar a génese de um novo modelo de organização do território.

4.2. A génese de um novo modelo de organização do território

Um novo modelo, baseado em circunscrições a que os diplomas chamam *terrae*, de dimensões consideravelmente inferiores às dos *territoria*, e cada uma delas capitaneada por um castelo que se encontra sob a alçada de um *tenens*, só viria a ganhar consistência após as campanhas de Fernando o Magno, que culminaram com a conquista definitiva de Coimbra em 1064, e com o afastamento da linha de fronteira para o Mondego.

No entanto, esse mesmo modelo dá corpo a profundas mudanças de cariz social, económico e demográfico que já se faziam adivinhar desde os inícios do segundo milénio; e, do ponto de vista da estratégia política e militar, a necessidade da sua implementação – naturalmente associada a um determinado equilíbrio de forças e poderes – resultou também do facto de já ter sido provada a ineficácia do modelo anterior, com as campanhas de Almansor, em especial as de 995 e 997.

Desta nova modelação do território duriense que se intensifica com Fernando o Magno, com a qual se criam numerosas unidades administrativas (*terrae*) e multiplicam os novos centros de poder (os castelos cabeça-de-terra), símbolos máximos da ascensão social de algumas poderosas famílias nobres, já só damos conta para ilustrar o que se viria a passar após o câmbio de milénio (Fig. 15).

BIBLIOGRAFIA CITADA

Fontes Documentais

Crón. Astur. = Gil Hernández, Juan; Moralejo, José L.; Ruiz de la Peña, Juan (ed.) – *Crónicas Asturianas*, Oviedo, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 1985.

LF = Costa, Avelino de Jesus da (ed.) – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, 3 vol., Braga, 1965/1978/1990.

MA = Coelho, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca. Do Século X ao Século XIII*, 2ª ed., Arouca, Câm. Municipal e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988.

PEA = *Portugal na Espanha Árabe*, ed. de António Borges Coelho, 4 vols., Lisboa, Seara Nova, 1972-1975.

PMH, DC = *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867 e ss.

PMH, Inq. = *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, Academia das Ciências, 1888 e ss.

PMH, Script. = *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, Lisboa, Academia das Ciências, 1856 e ss.

Fontes bibliográficas

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968) – *Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho*, Porto, Faculdade de Letras (Dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado).

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho (Das Origens a 1220)*, Porto, Faculdade de Letras (Trabalho Complementar para prestação de provas de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado).
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1980) – Os Castelos de Aguiar de Sousa e de Vandoma (Baltar), *O Concelho de Paredes. Boletim Municipal*, III, Paredes, Câmara Municipal, p. 15-17.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; Lopes, Francisco Gaspar (1981/1982) – Eja (Entre-os-Rios) – A *Civitas* e a Igreja de São Miguel, *Portugalia*, Nova Série, II/III, Porto, p. 131-140.
- AZEVEDO, Luís Gonzaga de (1939) – *História de Portugal*, Lisboa, Edições Biblión.
- AZEVEDO, Rui de (1945) – *A Presúria e o Repovoamento entre Minho e Lima no Século X*, sep. de Revista Portuguesa de História, 3, Coimbra.
- BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 4 vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- _____ (2003) – História das Campanhas, Organização Territorial e Recrutamento Militar e Arquitectura Militar in Mattoso, José (coord.) – *Nova História Militar de Portugal*, I, Lisboa, Circulo de Leitores, p. 22-121.
- BARROCA, Mário Jorge (2004) – Fortificações e Povoamento do Norte de Portugal (Séculos IX a XI), *Portugalia*, Nova Série, XXV, Porto, p. 181-203.
- CABALLERO ZOREDA, Luís; ARCE SAINZ, Fernando (2007) – Producción Decorativa y Estratigrafia, in Caballero Zoreda, Luís; Mateos Cruz, Pedro (ed.) – *Escultura Decorativa Tardorromana y Altomedieval en la Península Ibérica*, Anejos de Archivo Español de Arqueología, XLI, Madrid, CSIC, p. 233-274.
- CORTEZ, Fernando Russell (1951) – As Escavações Arqueológicas no Castellum da Fonte do Milho, *Anais do Instituto do Vinho do Porto*, 12 (1), Porto, p. 38-59.
- DIAS, Lino Tavares (1997) – *Tongobriga*, Lisboa, IPPAR.
- FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arouca, Assoc. para a Defesa da Cultura Arouquense e Câmara Municipal.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (1993) – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séculos IX-XII)*, 3 vol., Porto, Faculdade de Letras (Dissertação de Mestrado em Arqueologia, dactil.).
- LIMA, António Manuel (1999) – O Território Anegia e a Organização Administrativa e Militar do Curso Terminal do Douro, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, 2, Porto, Faculdade de Letras, p. 399-413.
- _____ (2000) – Cinfães Medieval, in *Monografia de Cinfães*, vol. II, Cinfães, Câmara Municipal.
- _____ (2004) – Arouca Medieval: uma Abordagem Arqueológica, in Silva, António Manuel S. P. (coord.) – *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*, Arouca, Câmara Municipal, p. 306-335.
- _____ (2008) – A Importância Estratégica do Vale do Sousa na “Reconquista”. Proposta para uma Nova Leitura das Fontes Documentais e dos Dados Arqueológicos, *Oppidum*, número especial, Lousada, p. 165-174.
- _____ (no prelo) – Algumas Reflexões sobre o Curso Terminal do Douro nos finais da Alta Idade Média in *História do Douro e do Vinho do Porto*, vol. 2, Porto, Edições Afrontamento.
- MOLINA, Luís (ed.) (1983) – *Una Descripción Anónima de Al-Andalus (Dikr bilad Al-Andalus)*, 2 vol., Madrid, CSIC/Instituto Miguel Asín.
- PINHO, Luís M. Silva (coord.) (1997) – *Património Arqueológico do Vale do Bestança*, Cinfães, Associação para a Defesa do Vale do Bestança.
- PINHO, Luís M. da Silva; LIMA, António Manuel; CORREIA, Alexandre Lourenço (1999) – *Roteiro Arqueológico de Cinfães*, Cinfães, Câmara Municipal.
- REAL, Manuel Luís (1985) – Pousada de Santa Marinha. Guimarães, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 130, Lisboa.

- _____ (2007) – A Escultura Decorativa em Portugal: o Grupo “Portucalense”, in Caballero Zoreda, Luís; Mateos Cruz, Pedro (ed.) – *Escultura Decorativa Tardorromana y Altomedieval en la Península Ibérica*, Anejos de Archivo Español de Arqueología, XLI, Madrid, CSIC, p. 133-170.
- _____ (s/d) – A Arquitectura Pré-Românica do Norte de Portugal, in *Arte e Cultura da Galiza e Norte de Portugal. Arquitectura*, Marina Editores, p. 94-113.
- RODRIGUES, Miguel Carlos Areosa (1994) – *Intervenção Arqueológica na Igreja de Meinedo (Lousada) 1991-1993*, Porto, IPPAR.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António et al. (2004) – *Miliarios e outras Inscriciões Viárias Romanas do Noroeste Hispânico (Conventus Bracarense, Lucense e Asturicense)*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega. Sección de Património Histórico.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos (2005) – A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de Ocupação do Território (875-1308), *Cadernos do Museu Municipal de Penafiel*, 10, Penafiel, p. 5-100.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, António Manuel S. P. (1994) – *Proto-História e Romanização no Entre-Douro-e-Vouga Litoral. Elementos para uma Avaliação Crítica*, Porto, Faculdade de Letras (Dissertação de Mestrado em Arqueologia, dactil.).
- _____ (1995) – Escavações Arqueológicas em São João de Valinhas. Do Primitivo Castro ao Castelo de Arouca, *Poligrafia*, 4, Arouca, p. 199-220.
- _____ (coord.) (2004) – *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*, Arouca, Câmara Municipal.
- SILVA, António Manuel S. P.; RIBEIRO, Manuela C. S. (1999) – A Intervenção Arqueológica em São João de Valinhas (Arouca, Aveiro). Do Povoado Castrejo ao Castelo da Terra de Arouca, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, 2, Porto, Faculdade de Letras, p. 363-374.
- _____ (2007-2008) – Cerâmica Medieval das Escavações no Castelo de Arouca. Ensaio de Análise Morfológica, *Portugalia*, Nova Série, XXVII-XXVIII, Porto, p. 69-88.
- SILVA, Eduardo Jorge Lopes da et al. (1997) – *Carta Arqueológica do Concelho de Resende*, Resende, Câmara Municipal.
- SOEIRO, Teresa (1984) – Monte Mozinho. Apontamentos sobre a Ocupação Romana entre Sousa e Tâmega em Época Romana, *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, 1, Penafiel, 1984, p. 14-323.
- TEIXEIRA, Ricardo (2002) – Castelos e Organização dos Territórios nas Duas Margens do Curso Médio do Douro – Séc. IX-XIV, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, p. 463-476.
- _____ (no prelo) – Povoamento e Organização do Território no Médio Vale do Douro. Da “Reconquista à Integração no Espaço da Monarquia Portuguesa” in *História do Douro e do Vinho do Porto*, vol. 2, Porto, Edições Afrontamento.
- TEIXEIRA, Ricardo; LIMA, António Manuel (no prelo) – Reflexões em torno do Povoamento e da Organização dos Territórios Medievais no Curso Médio e Terminal do Douro, *Actas do Colóquio Internacional “Património Cultural y Território en el Valle del Duero”*, Zamora, IPPAR/Junta de Castilla y León, p. 117-133.
- TORRES, Cláudio; MACÍAS, Santiago (1998) – *O Legado Islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.



Fig. 1 – Localização da área em estudo (Baixo Douro) na Península Ibérica e no Norte / Centro de Portugal.

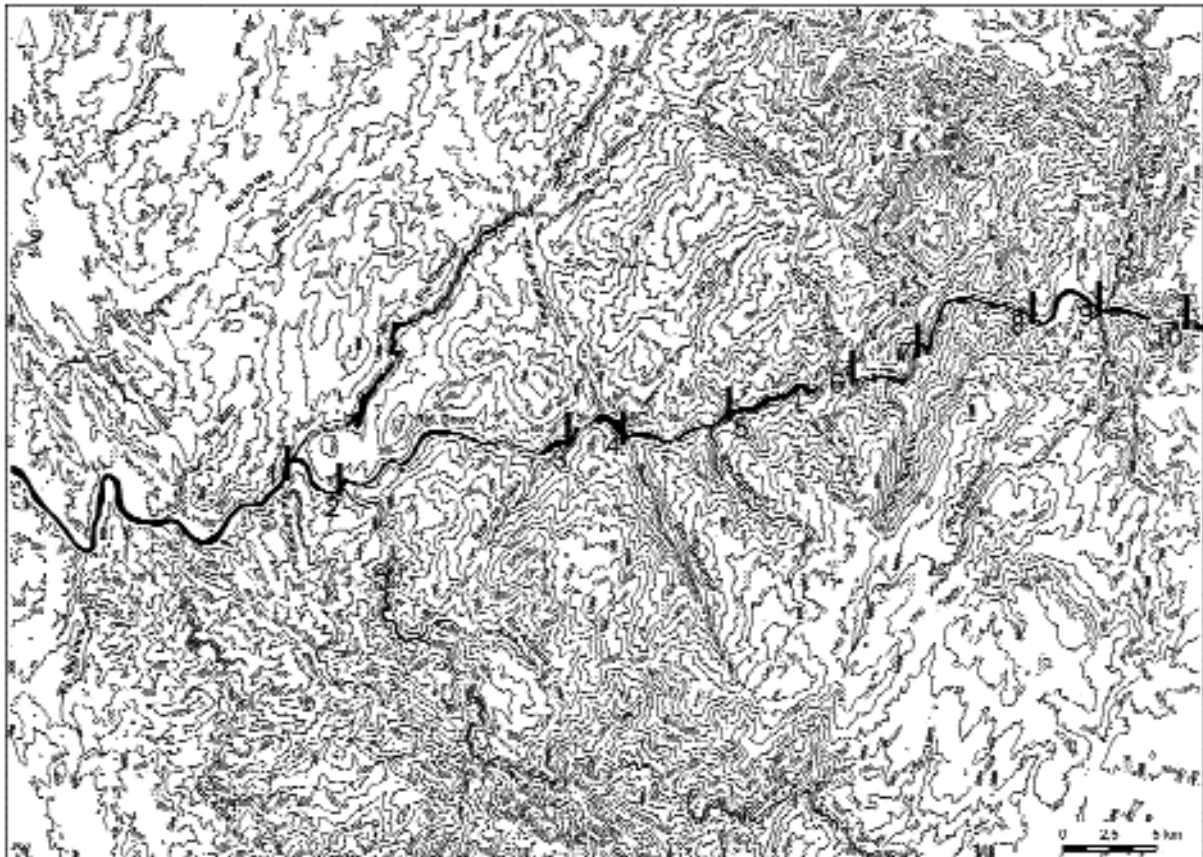


Fig. 2 – Locais de travessia do Douro em época romana e na Idade Média.



Fig. 3 – *Territoria* do Baixo Douro (séculos IX e X).

De todos os *territoria* representados, só o de *Aliovirio* não é explicitamente referido como tal. Para além de *Aliovirio*, *Anegia* e *Lamego*, interpretamos todos os outros como meras referências geomorfológicas, sem autonomia administrativa ou militar.



Fig. 4 – Horizonte visual da *civitas Anegia* (vale do Douro e foz do Tâmega).



Fig. 5 – Horizonte visual de *Alio virio* (vale do Douro).



Fig. 6 – *Alio virio*. Pormenor dos muros da torre do século X.



Fig. 7 – Lamego, em cuja cidadela se reconhecem vestígios de ocupação de época romana e da fortificação pré-românica.

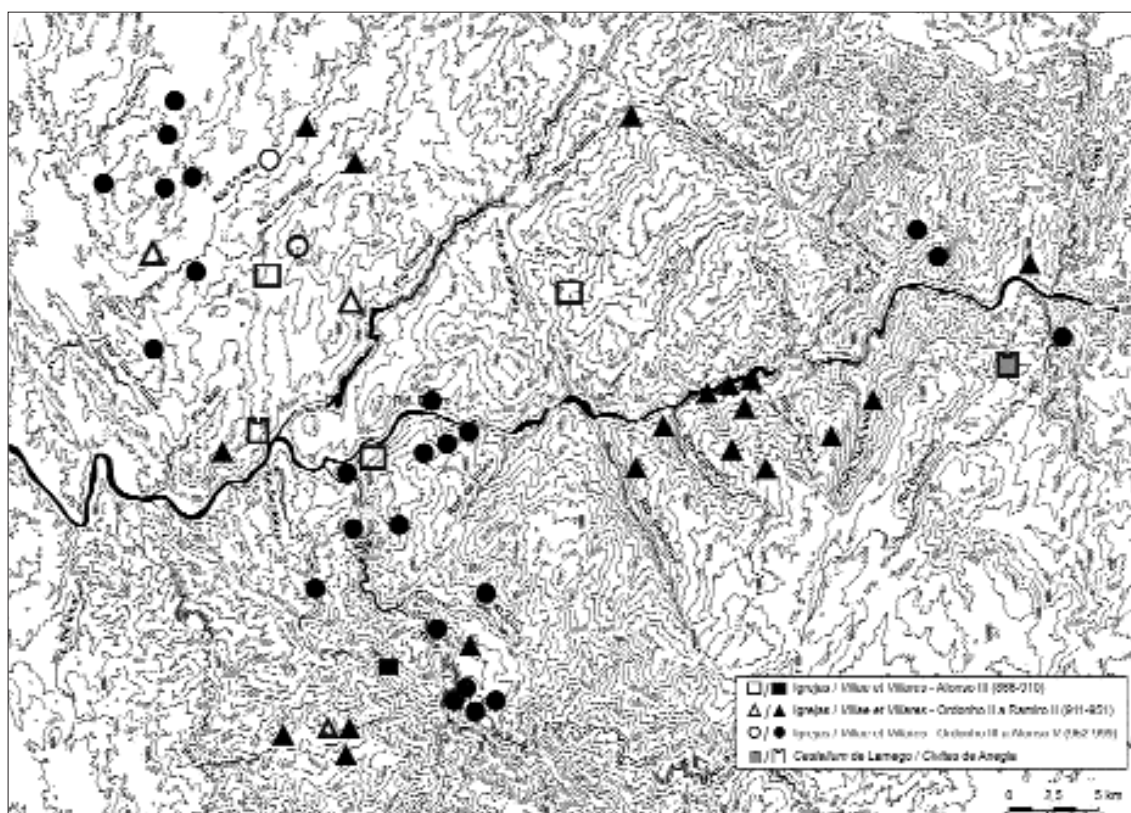


Fig. 8 – Núcleos de povoamento. Referências documentais (séculos IX e X).

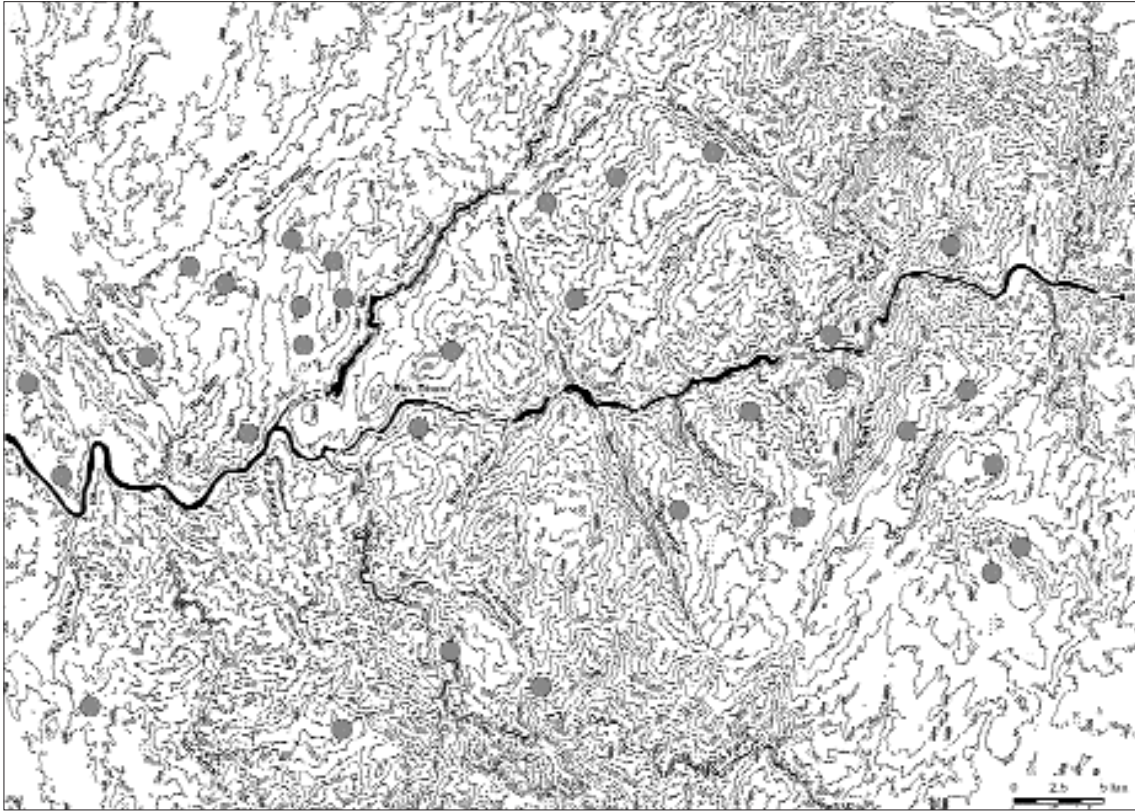


Fig. 9 – Castelos do Baixo Douro (séculos IX e X).



Fig. 10 – Ao fundo, o Castelo do Coruto (Escariz, Arouca), um dos mais elucidativos exemplos de estruturas defensivas construídas para assegurar o controle e defesa dos principais eixos viários (Foto de António Manuel Silva).

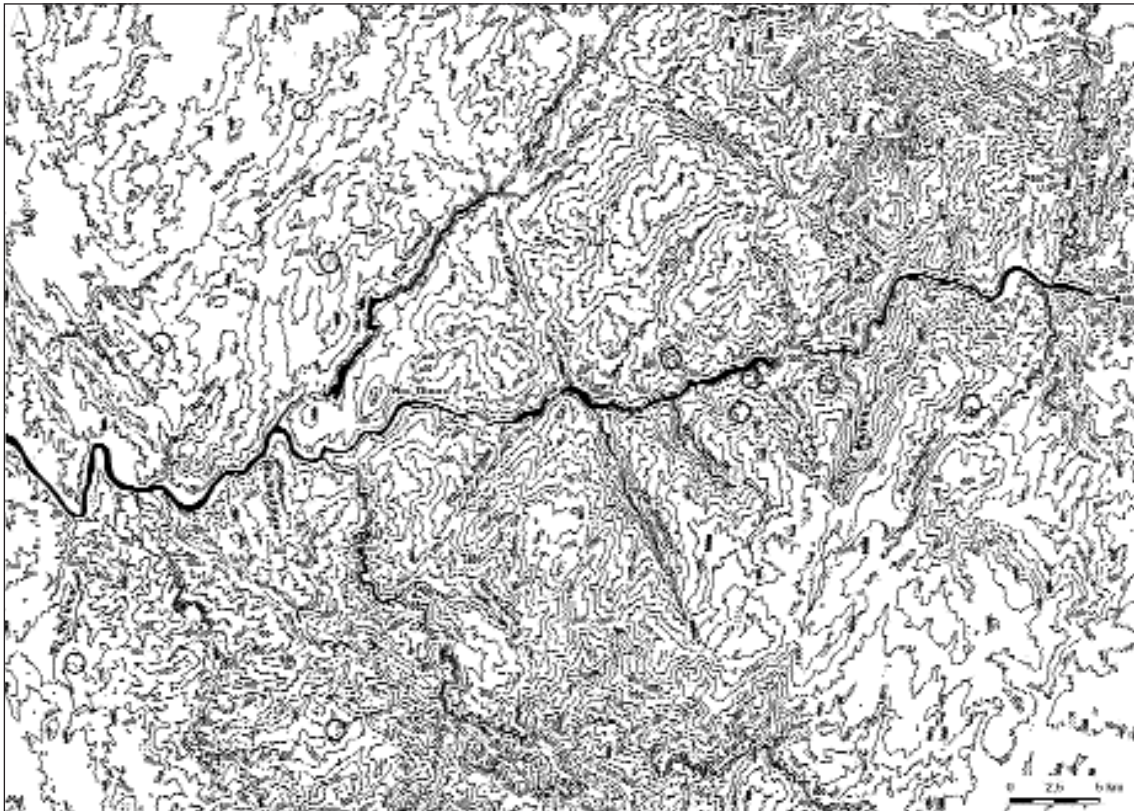


Fig. 11 – Testemunhos de arte e arquitectura pré-românica no Baixo Douro.

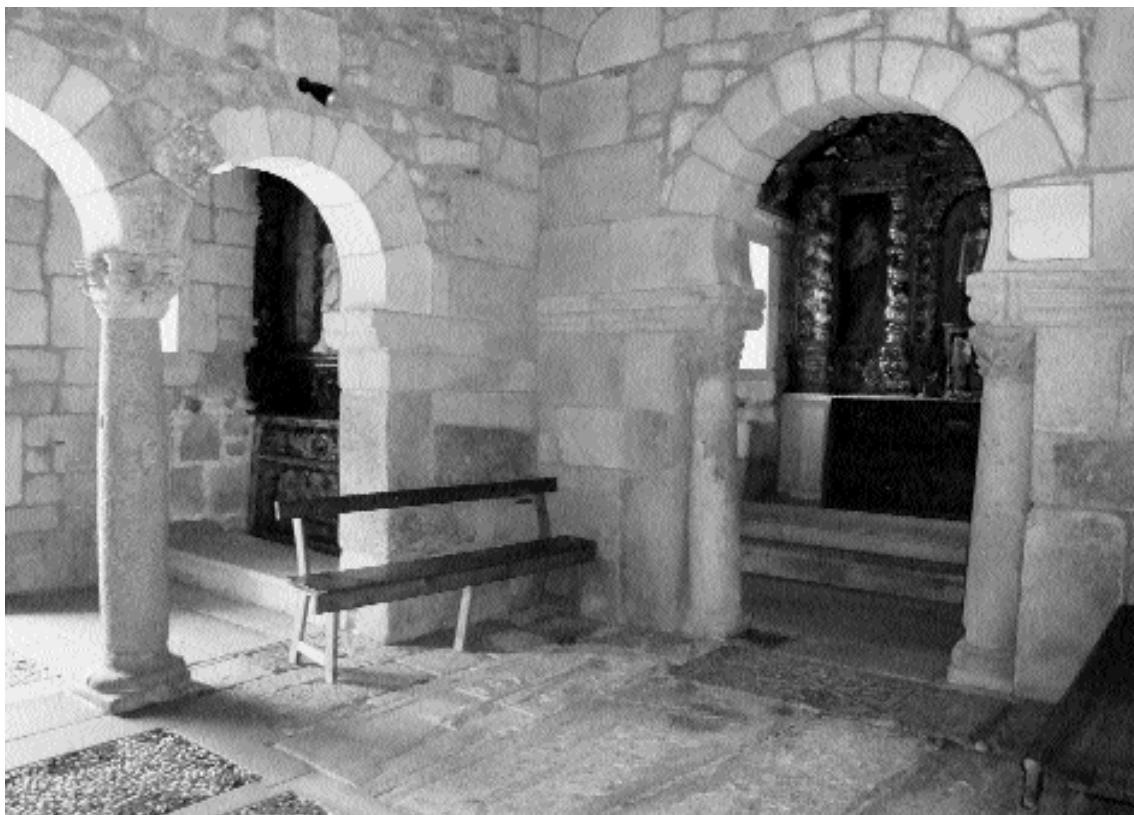


Fig. 12 – São Pedro de Balsemão (Lamego), onde se encontram reaproveitados vários elementos de escultura decorativa pré-românica.

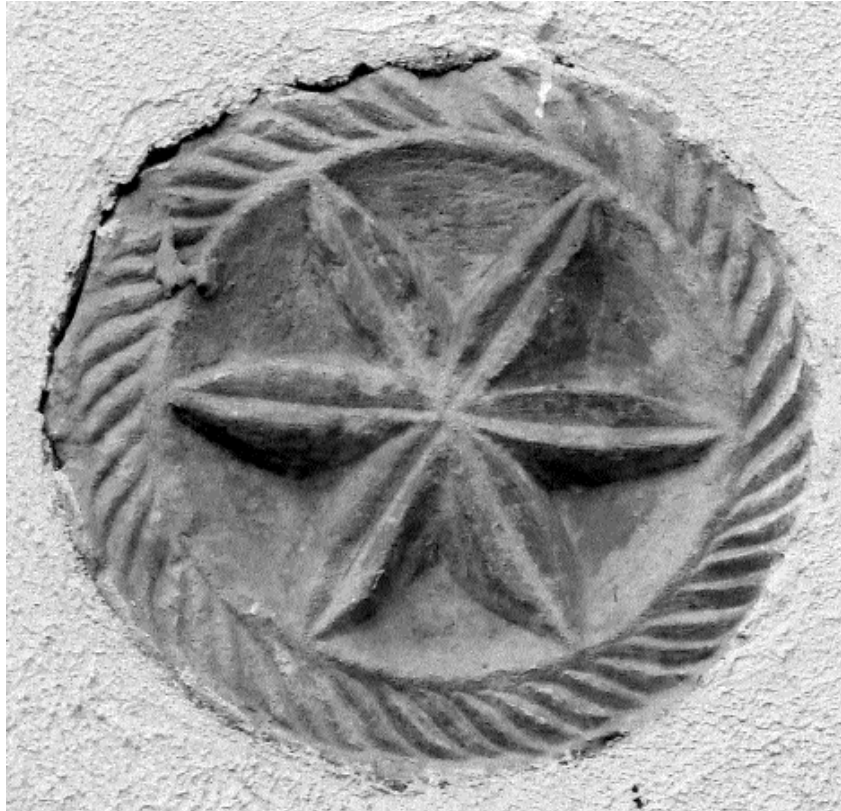


Fig. 13 – Clípeo ornamental, em calcário, da igreja de Fervedo (Arouca).

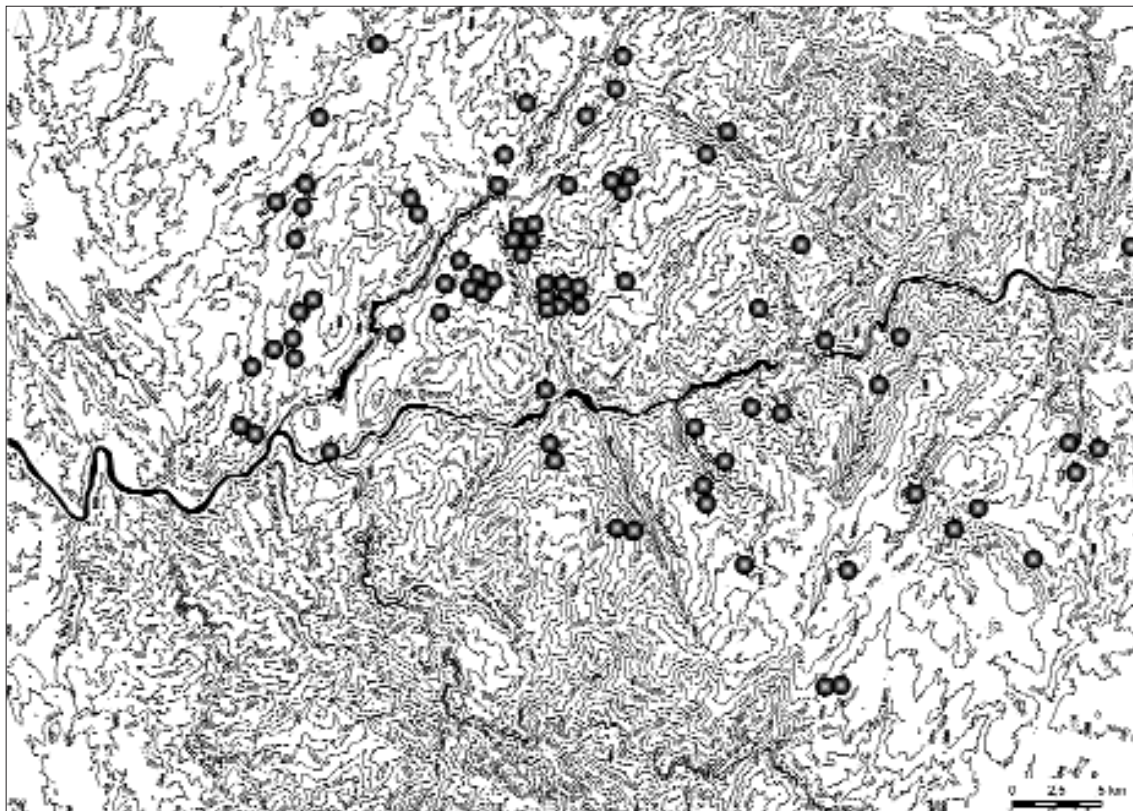


Fig. 14 – Sepulturas escavadas na rocha no Baixo Douro.

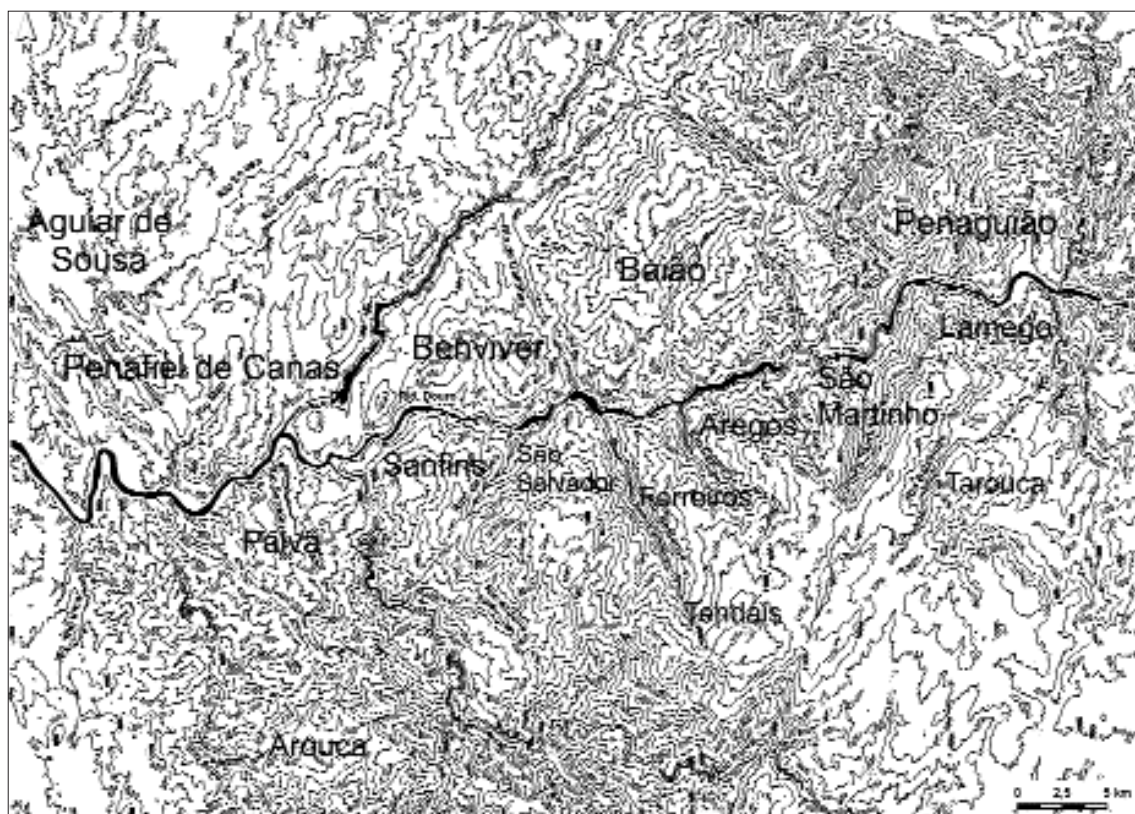


Fig. 15 – *Terrae* do Baixo Douro (século XI e XII), resultantes da desagregação do modelo de organização do território em *civitates*, o qual tão bem simbolizou a integração do Baixo Douro na esfera de influência da monarquia asturiana.